



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO de  
Economia, Sociedade e Política  
(ILAESP)  
Desenvolvimento Rural e Segurança  
Alimentar**

**AGRICULTURES FAMILIARES: O CRÉDITO ENQUANTO INSTRUMENTO DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**JEVERSON SEBASTIÃO TUBIN PEREZ**

**FOZ DO IGUAÇU  
2014**

**AGRICULTURES FAMILIARES: O CRÉDITO ENQUANTO INSTRUMENTO DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**JEVERSON SEBASTIÃO TUBIN PEREZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino Americano de Estado, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Basso

**FOZ DO IGUAÇU  
2014**

JEVERSON SEBASTIÃO TUBIM PEREZ

AGRICULTURES FAMILIARES: O CRÉDITO ENQUANTO INSTRUMENTO DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino Americano de Estado, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Dirceu Basso - Orientador  
UNILA

---

Exzolvildres Queiroz Neto  
UNILA

---

Valdemar João Wesz Junior  
UNILA

Foz do Iguaçu, 11 de dezembro de 2014.

Dedico este trabalho a minha querida mãe Eni Tubin, por sempre apoiar-me, orientar nos momentos difíceis e por todas as dificuldades enfrentadas ela, para que eu pudesse chegar a esse dia.

Agradeço igualmente a minha querida irmã Ingrid. T. T. Perez, por ser uma grande irmã e amiga e sempre apoiar-me.

Ao meu pai Sebastião C. Perez por sempre me orientar no caminho do bem.

## Agradecimentos

A elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso proporcionou-me grande evolução acadêmica e pessoal, por tudo isso agradeço:

Primeiramente a Deus por iluminar meu caminho e possibilitar-me que eu tenha chegado tão longe, apesar das várias dificuldades pelas quais passei.

Ao senhor Dr. Dirceu Basso, por sua orientação, coordenador do curso, professor, que muito colaborou no processo de graduação, na orientação da monografia e, que enfrentando o desafio de implantação do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na UNILA.

Professor Exzovildrez. Q. Neto, o qual igualmente colaborou para o processo de graduação, mesmo quando enfrentando o desafio de implantação do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Professor Regis Belém o qual participou e apoiou nos primeiros anos de graduação.

Ao colega Ademir. W. Cruz por sua ajuda nos momentos difíceis.

A colega Carla. G. R. Tavora por seu grande apoio nos momentos de dificuldades.

Ao colega Gustavo Bodaneze por ajudar-me em momento de dificuldade.

Ao colega Thiago Braz por seu apoio e amizade.

Samuel. B Siqueira por sua amizade e ajuda nos momentos de difíceis.

A colega Viviane Oliveira, por sua grande amizade, e ajuda nos momentos difíceis.

Agradeço também a todos os colegas que estiveram sempre presentes e se tornaram parte de minha família.

"Sua vida pode ser uma comédia, uma aventura ou uma história de superação, sucesso e amor. Mas pode ser também um drama, uma tragédia ou a monotonia da não-mudança.

Porque todos nós temos tudo isso em nossas vidas. O que muda é como editamos, em quais experiências mantemos o foco e sobre o que falamos.

Fale do drama, e sua vida será um drama. Fale da aventura e a mesma vida será deliciosa."

Aldo Novak

PEREZ, JEVERSON, S, T: AGRICULTORES FAMILIARES: O CRÉDITO ENQUANTO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: 2014. 56 p.. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR- – UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, FOZ DO IGUAÇU, 2014.

## Resumo

O presente trabalho analisa o impacto do crédito nos sistemas de produção dos agricultores familiares, associados a cooperativas de crédito rural da Cresol Baser/Sistema Cresol, e sua influência na melhoria da qualidade de vida. A abordagem metodológica baseou-se na perspectiva de que os agricultores a partir do acesso ao crédito podem desenvolver sistemas produtivos objetivando a melhoria da qualidade de vida dos membros familiares. O estudo tem como referência empírica o município de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná. Foram realizadas 15 entrevistas semi-estruturadas com agricultores que vivenciam a experiência em cooperativismo de crédito rural solidário. Na análise das estratégias produtivas dos agricultores valorizou-se a perspectiva Seniana (2000) no qual o desenvolvimento é compreendido como um processo de expansão das liberdades que os indivíduos podem vivenciar. O estudo evidencia que os agricultores entrevistados com sistemas produtivos baseados na produção leiteira encontram-se com melhores rendimentos financeiros, mesmo que esses tenham área de terra menor do que aquelas famílias que possuem sistemas com atividade leiteira e cultivo de grãos como atividade comerciais. O acesso ao crédito, por meio da cooperativa, contribui para o desenvolvimento dos sistemas de produção e de sua ruptura com sistemas produtivos baseados em grãos. Por fim, observou-se melhoria na qualidade de vida das famílias visitadas. Sugere-se aprofundar os estudos sobre como ocorreu às mudanças nos sistemas produtivos e a adoção de novas atividades produtivas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural. Agricultores familiares. Crédito rural. Qualidade de vida.

## Abstract

This academic work analyzes the impact of the credit in the production of family farmers systems associated with rural credit cooperatives of Cresol Baser / Cresol System, and how it's influence on improving the quality of life. The methodological approach was based on the view that farmers from access to credit can develop production systems aimed at improving the quality of life of family members. The study is empirical reference the municipality of Francisco Beltrão, Paraná Southwest. 15 semi-structured interviews with farmers who experience the experience of solidarity rural credit cooperatives were performed. In the analysis of production strategies of farmers appreciated the Seniana perspective (2000 ) in which development is understood as a process of expanding freedoms that individuals can experience . The study shows that farmers interviewed with production systems based on milk production are with better financial returns , even if they have less land area than those families that have systems with dairy farming and cultivation of grains as commercial activity. Access to credit , by cooperative contributes to the development of production and his break with the production system based in grains. Finally, there was improvement in the quality of life of families visited . It is suggested further study as it did to changes in production systems and the adoption of new productive activities.

**KEY WORDS:** RURAL DEVELOPMENT. FAMILY FARMING. FARM CREDIT. QUALITY OF LIFE

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 01	Bases regionais Cresol Baser.....	31
Tabela 02	Relatório anual 2013 Cresol Baser.....	32

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 01	Mapa do estado do Paraná.....	23
Figura 02	Mapa da região Sudoeste do Paraná.....	24

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CRESOL BASER	Cooperativa Central de Crédito com Integração Solidária
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FCR	Fundo de Crédito Rotativo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GETSOP	Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comercio
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
1 Desenvolvimento rural.....	11
1.1 Desenvolvimentos rural e suas novas perspectivas.....	11
1.2 Sistema de produção e o crédito.....	17
1.3 Pronaf como forma de Possibilitar de liberdades.....	22
2 O universo social dos agricultores familiares e as cooperativas de crédito	
Cresol Baser.....	25
2.1 O cooperativismo de crédito.....	27
2.2 Evolução do cooperativismo de credito.....	29
2.3 O cooperativismo de crédito e Cresol Baser – Sistema Cresol...	32
3 Os agricultores familiares beltronenses.....	35
3.1 Perfil dos cooperados.....	36
3.2 Relação entre os cooperados e a cooperativa.....	42
3.3 Relação com crédito e linhas de crédito acessadas.....	45
3.4 Qualidade de vida dos cooperados.....	51
4. Tecendo comentários a partir da experiência dos agricultores familiares	
.....	46
Considerações finais.....	49
Referencia Bibliográfica.....	52
Apêndice .....	55

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ganha maior destaque no cenário nacional no final do século XX através de uma série de acontecimentos. Dentre de alguns fatos pode-se citar, como papel fundamental para a agricultura familiar, a criação de linhas de crédito agrícola, as quais possibilitariam uma maior inserção dos pequenos agricultores no mercado, possibilitando sua reprodução social.

O crédito agrícola voltado à agricultura familiar, se consolida na metade da década de 1990 com a elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Tendo em vista a importância ganha pelo programa, com a disponibilização de crédito a pequenos produtores. O trabalho em questão visa verificar o impacto do crédito no sistema de produção dos agricultores familiares, objetivando a melhoria de qualidade de vida. Através de uma análise de como estariam orientados os projetos produtivos desses agricultores modernos, diante das mudanças que vêm ocorrendo no espaço rural e nos mercados.

Para a realização de tais análises, fez-se uso de levantamentos bibliográficos, procurando entender como caracterizar-se o desenvolvimento rural e a importância do crédito rural para que esse se faça possível. Em paralelo ao debate sobre o crédito, procura-se identificar a importância do sistema cooperativista de crédito. Para tal, faz-se uso de um questionário semiestruturado, o qual se fez aplicado em três localidades no município de Francisco Beltrão, cidade localizada no Sudoeste do Paraná (local marcado pela forte presença da agricultura familiar). A escolha quanto ao número de questionários a serem aplicados, se deu através uma discussão orientando/orientador, na qual se chegou ao número 15 o qual poderia melhor demonstrar algumas tendências dessas propriedades rurais, quanto a escolha das propriedades, se deu através de intermediação de um produtor, o qual abriu caminho para poder se marcar a aplicação nas demais propriedades, totalizando a aplicação dos questionários em 15 propriedades rurais distintas, procurando ressaltar os cultivos produtivos comerciais, o relacionamento dos agricultores para com a Cooperativa/Crédito rural, identificando a importância destes para a realização das atividades produtivas nas propriedades e, o papel que representam para propiciar os níveis de qualidade de vida dos respondentes ao questionário.

O trabalho está dividido em três capítulos: O primeiro aborda alguns conceitos sobre desenvolvimento e o crédito rural como forma de possibilitar os projetos produtivos da agricultura familiar; o segundo colocam-se em foco as questões cooperativistas, seu desenvolvimento e atuação com direcionamento ao Sistema

Cresol Baser, o terceiro parte a organização dos dados a partir das entrevistas e por fim, a análise dos dados coletados, a partir de questionários realizados com agricultores.

## **1. DESENVOLVIMENTO RURAL**

O conceito sobre o desenvolvimento rural passa a ter maior força ao longo do século XX, com maior ênfase a partir da segunda metade do mesmo. Este período foi marcado por grandes transformações globais, que abrangeram a economia e sociedade (SCHNEIDER, 2010). Países agroexportadores como o Brasil vêm drasticamente adequando sua dinâmica produtiva interna em função do mercado externo com impactos sobre os agricultores familiares (WILKINSON, 2008).

O capítulo está dividido em três subcapítulo: O primeiro desenvolve um breve relato sobre as mudanças no decorrer da segunda metade século XX no que se consideraria desenvolvimento rural associado diretamente ao aumento de produtividade, da adesão de tecnologia e da exclusão produtiva de parte dos agricultores. Nas últimas décadas, novas visões surgiram e a agricultura familiar ganha espaço em um contexto acadêmico, político e econômico. O segundo destaca a importância do desenvolvimento e o crédito como instrumento para propiciar as liberdades (SEN, 2000) dos agricultores familiares na construção dos projetos de produção. O terceiro visa descrever sobre o Pronaf no que refere ao posicionamento por parte do Estado atendendo as demandas sociais rurais, tomando como postura a liberação de crédito e propiciando maior dinamismo à agricultura familiar.

### **1.1 Desenvolvimento rural e suas novas perspectivas**

A noção do que se compreende por desenvolvimento rural teve grandes mudanças no fim dos anos 80 e início dos 90 (SCHNEIDER, 2010). De acordo com o autor, após décadas de repressão da ditadura militar, demandas sociais ressurgem, através de manifestações de pequenos produtores, movimentos sindicais rurais, os quais contam com o apoio de várias instituições de representação, como sindicatos e os próprios movimentos sociais. Estas manifestações demandavam maior igualdade social e redistribuição de renda. No âmbito rural ganha importância o debate sobre a reforma agrária e os incentivos à agricultura familiar.

Tais reivindicações são resultantes de demandas históricas, pois parte dos agricultores familiares percebem-se afetado e excluídos dos processos de modernização da agricultura. O impacto desta exclusão aumentou nas décadas de 60, 70 e 80, tendo como um dos eixos a incorporação de tecnologias da assim conhecida “modernização conservadora” (PIRES & RAMOS, 2009). De acordo com os autores, diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, que já haviam uma burguesia consolidada que lutava por ascensão, nos subdesenvolvidos, por não possuírem uma classe burguesa proeminente, mantiveram-se inertes aos interesses das oligarquias rurais. Neste período, o Brasil adere a um pacote tecnológico, com o intuito desenvolvimentista; a incorporação de tecnologias para aumento de produtividade o qual foi considerado naquele momento como sendo desenvolvimento.

Destarte, as estruturas econômicas e sociais dos países desenvolvidos apresentam menor grau de heterogeneidade, quando comparadas às dos países subdesenvolvidos, dado que as elites dominantes dos países centrais construíram um projeto de nação que incorporou ao sistema econômico capitalista os estratos inferiores da estrutura social. No caso do Brasil, a elite dominante criou empecilhos ao acesso à cidadania e à democracia, visto que as classes inferiores foram e continuam sendo aleijadas das vantagens proporcionadas pela modernização (PIRES & RAMOS, 2009, p. 06)

Nesse período, a única visão que se possuía do rural era exclusivamente agrícola, estando o pacote tecnológico direcionado exclusivamente ao aumento da produtividade e associado ao discurso de se acabar com a fome no mundo. Este processo beneficiou uma parcela de agricultores que possuíam os meios para aquisição de equipamentos e insumos para a reprodução deste pacote tecnológico. Este fato resultou em poucos beneficiados e em muitos afetados negativamente, sobretudo os agricultores menos capitalizados.

No Brasil, as políticas de “desenvolvimento rural integrado” (PDRI) eram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas, sendo exemplos eloquentes as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate à seca no Nordeste. (SCHNEIDER, 2010, p.2)

A adoção de tal pacote tecnológico acarretou, por um lado, o aumento de produtividade, a abertura de novas fronteiras agrícolas e a concentração da produção em uma parcela dos agricultores (SICSÚ & LIMA, 2000). E, por outro lado, gerou grande êxodo rural, o qual está associado ao grande número de desempregos rurais; da redução da mão-de-obra agrícola devido intensiva mecanização e a reformulação

na legislação trabalhista que passa a garantir maiores direitos aos trabalhadores rurais; e, ainda, da fragilização da pequena produção, que agora teria de competir com uma agricultura extensiva com alta produtividade. Paralelo a isso se tem a abertura de novas áreas, em um processo de ocupação de fronteiras no qual,

[...] vale destacar então que, ao analisar os movimentos mais recentes, observamos uma nítida hegemonia da ocupação capitalista da fronteira sobre as tradicionais frentes de expansão camponesa. Assim é que, já nos anos 60, a fronteira adentrou pelo Estado do Paraná com base em culturas eminentemente comerciais, como algodão, café, grãos etc. rumando, posteriormente, para o Norte e o Centro-Oeste. Em função de objetivos geopolíticos do Governo Militar, no início dos anos 70, abriram-se frentes de colonização no Norte do País, tendo como principal marco a implantação de núcleos colonizadores ao longo da Rodovia Transamazônica. Paralelamente, a Amazônia foi também sendo "ocupada" com grandes projetos agropecuários, nos quais grandes empresas beneficiavam-se dos incentivos fiscais da SUDAM e apropriavam-se de vastas extensões territorial com grandes perspectivas de valorização a médio e, a longo prazo. Por razões óbvias, essa ocupação termina sendo predominante, ofuscando, assim, as experiências de colonização. (SICSÚ & LIMA, 2000, p. 03)

Esse modelo desenvolvimentista excludente contraria de forma explícita as atuais noções de desenvolvimento rural, à medida que apenas uma parcela dos agricultores é beneficiada e os demais vivenciam experiências de desigualdade e exclusão socioeconômica. Porém, devido ao grande cunho político destes programas, não se discute academicamente o que seria desenvolvimento rural nesse período. A retomada da discussão sobre desenvolvimento rural somente ocorre no início da década de 1990, juntamente com a emergência política da noção de agricultura familiar (SCHNEIDER, 2010).

Na década de 1990 o rural ganha uma nova conotação, iniciando um processo de ruptura com conceito de um espaço unicamente de produção agrícola, passando a ser percebido de forma sistêmica, dentro de todo um dinamismo, ressaltando suas várias potencialidades, assim como as interações que nele ocorrem, além de trabalhar com as várias noções de desenvolvimento, seja esse "endógeno ou exógeno" (SCHNEIDER, 2010).

Na crise de 1980, o endividamento externo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionava para que houvesse uma abertura de mercado, a desregulamentação e a diminuição do papel do governo na economia. Este processo aconteceu neste período, tanto no Brasil quanto em toda América Latina, com a adoção de políticas neoliberais. A isso se somaram as dificuldades da agricultura

familiar com a falta de crédito e de baixos preços dos produtos, o que acabou impulsionando as lutas dos movimentos sociais e sindicais. Neste período a agricultura familiar passa a ter maior destaque, acarretando em um maior interesse acadêmico sobre a dinâmica da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Pesquisas diversas foram realizadas, discutindo todo o contexto da agricultura familiar e do desenvolvimento rural; a agricultura familiar como categoria social impulsionadora de desenvolvimento e responsável pela produção de alimentos e de desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2003). De acordo com o autor,

[...] a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.

A abertura econômica acaba por deixar muitos agricultores desamparados à medida que se veem obrigados a disputar mercado com produtos importados, com preços mais convidativos. Como salientado Wilkinson (2003), ao levantar a questão da criação dos blocos econômicos, como é o caso do MERCOSUL, NAFTA e Pacto Andino. Estes blocos de certo modo fortalecem a economia regional, mas que ao mesmo tempo fragilizam os países com economia mais fraca, ao verem-se obrigados a comercializar preferencialmente com os membros do bloco, assim como desamparar os pequenos produtores, que por terem uma pequena produção não possuem a mesma competitividade de mercado. Por isso, ressalta-se a importância da elaboração, por parte do Estado, de mecanismos que auxiliem os agricultores familiares.

As lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do MERCOSUL), fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) aliar-se a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado à CUT, que havia sido criado em 1988. Daí emergiram formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje. (SCHNEIDE. 2003. p 05)

Assim, o modelo de desenvolvimento rural no Brasil passa por mudanças profundas e significativas dos anos 1990 em diante. Contribuíram os levantamentos de movimentos sociais rurais e uma série de construções acadêmicas que destacam a

produção da agricultura familiar, tendo como marco fundamental que tangencia essas mudanças, os relatórios dos trabalhos conjuntos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (FAO/INCRA, 1994). O estudo demonstrou a situação das propriedades rurais no Brasil, o que serviria de impulsionador para o desenvolvimento rural, bem como da necessidade das políticas públicas com maior especificidade e dirigida a determinados públicos, em especial à Agricultura Familiar.

Ao discutir o que seria o real desenvolvimento rural Schneider (2004) salienta, que em meio a várias teorizações a respeito do tema, seu princípio estaria relacionado às superações dos limites e dos problemas do modelo produtivista. Em meio a esse desafio o compartilhamento do problema rural com o restante da sociedade seria uma forma de enfrentamento das dificuldades, de modo a se fazer perceber, que o rural não é exclusivamente agrícola, potencializando as sinergias nele presentes, percebendo-o como um local pluriativo, que faz interações entre diversas atividades produtivas e escalas espaciais. Em suas análises, Schneider (2007, p. 34) destaca que o desenvolvimento rural sugere a ideia de um “processo de natureza social, que ocorre por intermédio de relações e interações entre grupos humanos que vão mudando a natureza, moldando o espaço e os territórios em que vivem, adaptando e melhorando os meios de produção que utilizam, bem como transformando sua cultura e seus valores”.

Outros estudiosos mencionam a importância da agricultura familiar e reconhecem o seu potencial no fortalecimento das economias locais (VEIGA, 2001; ABRAMOVAY, 2003). Esses autores afirmam que a sustentabilidade da agricultura familiar, ou seja, sua existência futura, está dependendo, cada vez mais, de sua própria capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades presentes em seu universo.

A importância das políticas públicas para que se possa ter um desenvolvimento rural integrado ao ambiente, com diálogo entre rural e urbano é destacado por Vieira (2009). Ele enfatiza a preocupação de que para o rural não se tornar unicamente um local de exploração produtiva necessita de políticas que propicie a redução de desigualdade objetivando um dinamismo harmônico dos diversos espaços. No caso do rural, coloca-se a importância da facilitação dos acessos aos mercados e do apoio à produção, o qual contribuirá para a qualidade de vida dos agricultores. O fortalecimento da agricultura familiar traria junto a si a criação de emprego e renda, reduzindo disparidades sociais, propiciando a criação de capitais sociais e reduzindo pressões sobre centros urbanos.

Outra perspectiva de analisar o desenvolvimento rural pode ser obtida a partir das contribuições de Sen (2000). Para este autor, o desenvolvimento é analisado “[...] como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (2000, p.17). Diante disso, é importante observar as liberdades instrumentais que os agricultores familiares possuem (ou não possuem) para construir seus projetos de vida e de produção. Liberdades essas que se estão condicionadas a determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, organização socioeconômica, (re)qualificação profissional, acesso ao crédito e aos mercados, outras). A perspectiva Seniana contribui para analisar a dinâmica dos agricultores familiares objetivando o desenvolvimento rural.

A importância do desenvolvimento econômico está na possibilidade de propiciar aos indivíduos os meios que possibilitem obter uma melhor qualidade de vida (SEN, 2000). Para que possam traçar seus próprios projetos produtivos o Estado necessita garantir aos agricultores familiares acesso a bens básicos. De acordo SEN (2000) o Estado possui importância em proporcionar essas liberdades, argumentando que mesmo em países menos desenvolvidos, o Estado teria a mesma potencialidade de proporcionar acesso a bens básicos à população, mesmo que o poder econômico do Estado seja menor, pois o custo para aplicação em bens básicos também seriam menores.

[...] A discussão sobre igualdade e desigualdade em Sen, indica que são as capacitações que devem ser igualadas. Dessa forma, as pessoas devem ter a liberdade de escolha entre pacotes alternativos de funcionamentos. As capacitações são poderes, possibilidades para fazer ou deixar de fazer. Através da capacitação de uma pessoa ela tem mais ou menos condições para buscar seus objetivos (KUHN, 2004, p. 39)

Ao trazer diferentes autores com vista o debate do desenvolvimento rural verifica-se os esforços em considerar, dentre outros aspectos, a necessidade da melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivenciam o meio rural.

## **1.2. Sistema de produção**

O Estado, ao agir através do crédito rural, proporciona novo dinamismo à agricultura familiar; possibilitando uma maior inserção dos agricultores ao mercado. Eles vivenciam grandes transformações globais dadas pelas políticas do

neoliberalismo, da abertura dos mercados, principalmente no que se refere à alocação de empresas estrangeiras, e da movimentação dos mercados internacionais (WILKINSON, 2003). São mudanças produtivas que se inserem nas cadeias produtivas, como as redes de produção, onde se dinamiza todo o processo produtivo e com isso de alocação de recursos da agroindústria nos países.

[...] A contrapartida da adoção de export-led growth strategies foi a modificação da legislação sobre os níveis de participação do capital estrangeiro em empresas nacionais e uma maior tolerância à remessa de lucros, porque o foreign direct investment (FDI) foi agora visto como a solução à falta de poupança e tecnologia internas necessárias para alavancar as exportações. Embora empresas estrangeiras tenham uma longa história na América Latina, esse novo quadro institucional convergia com pressões advindas dos próprios mercados domésticos dos países desenvolvidos para estimular uma onda de FDI que também atinge os sistemas alimentares dos países em desenvolvimento. (WILKINSON, 2003, p. 04)

A liberalização da entrada de capital estrangeiro enfraquece ainda mais a autonomia nacional, reestruturando modelos agrícolas, ditando o rumo da agroindústria, refletindo no direcionamento da produção agrícola tendo, segundo (WILKINSON, 2003), a maior representatividade deste sistema - isso já em uma fase mais avançada - nas grandes redes internacionais de comercialização ou, como é o caso, das grandes redes de supermercados. Redes essas que transpassam fronteiras nacionais, com enormes demandas e exigências de seus fornecedores quanto à padronização dos produtos. Os agricultores familiares que se inserem nessas cadeias produtivas longas, pela posição que ocupam em sua dinâmica e pela distância dos grandes centros decisórios, ficam excluídos dessa participação na definição dos rumos da cadeia, salve os casos em que se agrupam em cooperativas, para adquirirem potencialidade para competir nesses mercados.

Em um cenário com tamanha competição, parte dos agricultores familiares promovem mudanças em seus sistemas produtivos e as suas condutas não são guiadas somente pela agricultura da chamada revolução verde, mas por outras práticas e processos sociais orientados por diferentes racionalidades (BASSO, 2013).

De acordo com Battisti (2013) torna-se necessário conhecer a cadeia de valor por detrás do produto, ou seja, desde o processo de obtenção ao consumo do mesmo. Devendo-se considerar, desde a produção de insumos feita pelo produtor rural, à compra do produto acabado pelo consumidor. Esse processo se torna de importância primordial para a competitividade dos que ingressam no mercado e, que demonstra a

grande complexidade das cadeias produtivas quanto aos desafios dos agricultores nos mercados.

No contexto atual, Wilkinson (2008) menciona a diversidade de estratégias na condução dos sistemas produtivos da agricultura familiar na sua relação com o mercado. De um lado encontram-se aqueles agricultores familiares que desejam manter-se nas grandes cadeias de commodities. Esses necessitam alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. De outro, encontram-se aqueles agricultores que necessitam desenvolver iniciativas mais autônomas e capacidades próprias em seus sistemas de produção. Esses agricultores priorizam, dentre outras estratégias, a verticalização da produção, as quais demandam novos conhecimentos tanto tecnológicos quanto gerenciais e mercadológicos. Ainda, para exemplificar podemos citar as alterações de atividades alternativas, as quais se ajustam em seus sistemas produtivos, tais como: o artesanato; a produção de orgânicos; a pluriatividade, etc. Em muitos casos, essas alterações vêm acompanhadas de novos processos de certificação que evidenciam e valorizam um método de especialização qualificadora o que agrega valor ao processo como um todo e alcança dessa forma mercado mais exigente e lucrativo.

Neste processo de aprimoramento Schmitz (2013) destaca a importância das políticas públicas, tendo como principal propulsor as políticas de crédito associadas às de extensão rural; que além de recursos, disponibiliza assistência técnica aos proprietários. Dentre essas políticas, podemos perceber a importância do diálogo entre as várias esferas do poder público, ao associar desde políticas municipais a políticas federais. Destaque especial ocorre no caso do PRONAF por propiciar aos agricultores familiares o crédito para que possam realizar seus projetos produtivos.

### **1.3 O crédito para agricultura familiar**

O Pronaf tem sua criação em 1996, no governo de Fernando Henrique, derivado de um programa anterior denominado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Esse último foi criado no governo Itamar Franco, em 1994, em resposta às pressões dos movimentos sociais o qual é reformulado em 1995. O Pronaf já foi submetido a diversas alterações e até os dias atuais ainda está submetido à adaptações.

De acordo com Soster (2008), o Pronaf surge da demanda por parte dos movimentos sociais, por políticas de crédito focada aos pequenos agricultores. Num contexto em que o crédito rural era escasso e possuía altos custos (taxas de juros elevadas), que se associava ao baixo interesse do sistema bancário pela disponibilização de crédito a pequenos agricultores.

O PRONAF surgiu com a finalidade de promover o desenvolvimento rural sustentável, visando o melhoramento da qualidade de vida, aprimoramento das tecnologias produtivas, estímulo a pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas a agricultura familiar. Ele vem, ao longo de sua trajetória fortalecendo políticas públicas com vistas a elevar a qualidade de vida dos agricultores familiares, através do acesso ao crédito, garantindo o aumento da capacidade produtiva e fomento as novas oportunidades de emprego e renda no campo. (SOSTER, 2008, p.06)

Para ter acesso ao programa o agricultor necessita apresentar a Declaração de Aptidão ao Programa (DAP). Essa é emitida por agentes credenciados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para ter o acesso ao Pronaf. O programa uma grande variedade de linhas de crédito, as quais se adequam às múltiplas demandas dos agricultores familiares.

[...] No entanto, esta política é permeável a algumas das reivindicações das organizações políticas dos agricultores familiares como os sindicatos, federações e movimentos sociais, o que o faz mudar e evoluir a cada ano, de acordo com as demandas emanadas por estas categoriais sociais e as negociações que se estabelecem com o Governo Federal. Neste sentido, o programa transformou-se com o intuito de não fortalecer somente o padrão de desenvolvimento tradicional da região, mas, também, de privilegiar os processos produtivos sustentáveis, o desenvolvimento rural, a segurança alimentar, a produção para autoconsumo, etc, como o próprio Plano Safra de 2004/2005 enfatiza. Desse modo, o Pronaf visa, basicamente, financiar e fortalecer as atividades produtivas principais dos agricultores familiares, mas, também, a produção para consumo de alimentos das famílias. No sentido de compreender este apoio a produção para autoconsumo das unidades familiares, é que se traça como "fio condutor" em toda a análise que se realiza no presente estudo, os efeitos que o programa está tendo sobre a produção de alimentos dos agricultores. (Gazolla, 2004 p. 02)

Essa visão destacada por Gazolla (2004) expressa de certo modo o que seriam os objetivos iniciais do Pronaf, que vem com intuito de estimular a agricultura familiar. Seguindo a mesma linha de debate, Bittencourt (2003) ressalta a importância do programa, porém em paralelo a isso, o autor acrescenta uma crítica ao fato de o Pronaf, em grande medida, reproduzir modelos os quais viria com o intuito de

contrapor no que diz respeito a modelos produtivos. Crítica também salientada por Schneider *et. al* (2004) ao apontar alguns direcionamentos das linhas de crédito do Pronaf. Ao mesmo tempo, Schneider salienta o fato de o programa estar em constante construção e se adequando a essas considerações.

[...] após 1999, ainda persistem algumas distorções que precisam ser continuamente corrigidas, como é o caso da elevada concentração dos recursos de custeio das safras nas duas categorias mais bem posicionadas da agricultura familiar, em detrimento das demais categorias geralmente em maiores dificuldades, (SCHNEIDER *et. al.*, 2004, p. 18)

Bittencourt (2003) ressalta a importância desempenhada pelo crédito para a agricultura familiar em um contexto histórico em que o crédito rural vinha focado a grandes produtores. Um dos motivos seria os custos operacionais para a obtenção do mesmo, que por serem elevados, dificultava o acesso aos pequenos agricultores, que em grande medida acessavam pequenas linhas de crédito. Bittencourt expõe, ainda, a necessidade de mudanças nos modelos de como é repassado aos produtores. Cita a necessidade de dar um maior enfoque as instituições de crédito locais, como forma de se reduzir os custos operacionais com o crédito rural e como forma de aumentar a eficiência da aplicação desses créditos. Menciona, também, a importância da elaboração de projetos de desenvolvimento rural direcionadas ao contexto local, que se veria facilitada pela maior proximidade dos agricultores com as instituições locais. Destaca-se a importância do crédito associado a projetos bem elaborados, os quais essas instituições atuariam com maior propriedade, avaliando de maneira mais coesa esses projetos.

Abramovay (2000) ressalta a importância do Estado ao criar mecanismos para aproximação dos indivíduos no território, como era o caso dos Conselhos Municipais, ligados à execução do PRONAF, infraestrutura e serviços, onde para acessá-lo, necessita-se de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Uma grande crítica que se tece a esses conselhos e secretarias é de que muitas vezes, não exercem a sua devida função na promoção de debates sobre o desenvolvimento local, servindo apenas para acesso a recursos. Muitas vezes deixam-se de lado questões como o aumento da capacitação dos agricultores, o qual serviria como forma de desenvolvimento social destes, no espaço em que estão inseridos. A maior visibilidade de potenciais nesses locais reduziria o êxodo rural e criaria um ambiente no qual os filhos dos agricultores poderiam optar em permanecer no meio rural. Desse modo,

novas estratégias produtivas emergiriam aliadas com uma maior valorização de suas características locais; como já levantado anteriormente, propiciaria maior proximidade aos consumidores e maior dinamismo econômico.

[...] Como bem mostra Storper, a afirmação destes produtos supõe uma coordenação fora do mercado que não são simples máscaras ou formas disfarçadas de funcionamento dos mecanismos de preços: produtos personalizados, artesanais (...) supõem uma regulação entre comprador e vendedor, laços de confiança que dependem não só de um quadro institucional de garantia, mas até, muitas vezes, algum tipo de relação personalizada. (ABRAMOVAY, 2000, p. 8)

## **2. O UNIVERSO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO CRESOL BASER**

O crédito é percebido pelos agricultores familiares como uma importante ferramenta para a realização de projetos, sejam eles individuais ou coletivos (BASSO, 2011). Muitas vezes o indivíduo por si só não possui êxito na realização de seus projetos, surgindo à necessidade de trabalhar em cooperação para com os demais, possibilitando um desenvolvimento mútuo. O mesmo ocorre com o cooperativismo em suas várias modalidades. Neste trabalho nos debruçaremos mais especificamente no cooperativismo de crédito, como forma de facilitar acesso a recursos financeiros, propiciando a realização de projetos produtivos, individuais e/ou coletivos.

Neste capítulo se dará em primeiro momento uma breve descrição da região Sudoeste do Paraná e o município de Francisco Beltrão, município no qual se deu a aplicação dos questionários que serão analisados no próximo capítulo. No segundo momento se fará um breve comentário a respeito da importância do cooperativismo de crédito, retomando na sequência um breve relato de seu surgimento e evolução. O capítulo encerra-se com um breve relato sobre o Sistema Cresol Baser, sua origem, evolução e importância aos cooperados.

## 2.1 Francisco Beltrão e o Sudoeste do Paraná

O estado do Paraná está situado na região sul do Brasil, fazendo divisa com os estados de São Paulo e Santa Catarina. Tem fronteira com a Argentina e o Paraguai e possui um dos portos marítimos mais importantes do país, Paranaguá. Como pode-se observar na figura 01 o Paraná se encontra dividido em 10 mesorregiões, entre elas está a região Sudoeste com municípios distribuídos em três microrregiões: Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco, representando cerca de 5% da população do estado (SESC, 2014).

Figura 01



Fonte: SESC (2014)

O processo de colonização da região Sudoeste e do Oeste é recente, tendo sido incentivado no governo de Getúlio Vargas, com o intuito de ocupar áreas de fronteiras, a partir da década de 40. A colonização se deu inicialmente com os caboclos, que com facções abriram algumas clareiras, trabalhando na retirada de ervamate e criação de suínos. Mais tarde houve a chegada de imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais disseminaram modelos de pequenas propriedades e produção agrícola. A agricultura que outrora, fora base e realizada para a subsistência

da família, permanece nos dias atuais como base econômica do estado e principalmente dessa região. A região pode ser mais bem percebida com análise da figura 02 onde aparece a divisão do Sudoeste, o qual se destaca pela característica de pequenas propriedades e grande representatividade da agricultura familiar, com forte destaque para as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco, sendo as duas cidades com maior desenvolvimento regional (ORTOLAN, 2007).

Figura 02



Fonte: Lingnau (2013)

O Sudoeste do Paraná possui em sua colonização a exploração madeireira como motor propulsor, sendo sede de uma importante passagem histórica, pois foi nela, que ocorreu o que ficou conhecido como “Revolta de 57”. Nesse ano, os agricultores, com apoio de setores urbanos, do Sudoeste se rebelam contra a companhia colonizadora objetivando a posse das terras. Numa ação conjunta os colonos expulsaram a companhia, conseguindo o reconhecimento das terras. Essa regularização se dá com a instalação no município de Francisco Beltrão do Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), órgão de cunho federal, que regulamenta a posse de terras (fazendo uma espécie de reforma agrária), no processo de regulação destas, se define as características de pequenas propriedades, as quais se fazem presentes até os dias atuais (ORTOLAN, 2007).

Com a divisão das terras em pequenas propriedades houveram dificuldades com relação à infraestrutura, a produção agrícola e a comercialização, dentre outras. Nesse contexto, nos primeiros anos de 1960 foi constituída a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) na tentativa de gerar desenvolvimento social e econômico ao Sudoeste. A ASSESOAR, que teve em sua atuação forte ligação com a igreja católica, promoveu a capacitação dos agricultores e apoiou na criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Demonstrou ser de grande importância para a inserção política dos colonos, cabendo destacar o papel fundamental na mobilização dos agricultores e sua organização socioeconômica e política. A importância da instituição se revela ao analisarmos os desafios enfrentados pela região, a qual era extremamente agrícola, sofrendo fortemente com os impactos dos novos modelos produtivistas das décadas 1960, 1970 e 1980, dentre eles com a falta de crédito para a adoção das tecnologias. Como consequências, ocorreu um grande êxodo rural nesses anos, e aqueles que permaneceram no rural encontraram no associativismo uma maneira de resistência as pressões do modelo de fazer a agricultura, resistência essa só possível graças a maior abertura para trabalho em conjunto desses, devido ao longo processo de politização (ORTOLAN, 2007).

A região no período de 1960 a 1970 vive fortemente as experiências cooperativistas (BASSO, 2003). De acordo com Basso, no início dos anos 1970 o sistema cooperativista ganha novo fôlego com o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), recebendo estímulos do Estado para desenvolvimento de suas atividades. Foi um período de grande crescimento, seja pela disponibilização de recursos financeiros ou pela incorporação da cultura da soja que se propaga desse período em diante. Nos anos 1980, com a queda do valor da soja as atividades cooperativistas na região mudam suas atividades produtivas, ganhando destaque nos anos mais recentes a pecuária leiteira, a fumicultura, a hortifruticultura, a pequena agroindustrialização familiar, bem como a produção de origem animal (aves e suínos) integrada às cadeias produtivas longas.

Da segunda metade dos anos 1980 em diante, ganha destaque na região Sudoeste os modelos associações de agricultores familiares (BASSO, 2003), sejam elas para a comercialização ou para a arrecadação de recursos financeiros junto ao Estado; portanto, houve uma considerável expansão do modelo organizativo. Seguindo essa expansão associativa, em 1988, foi criado o Fundo Rotativo de Crédito (FRC), com o objetivo de disponibilizar recursos de crédito, em bases solidárias, para aqueles agricultores que não tinham condições de acessar recursos de créditos para desenvolver os projetos produtivos (BASSO, 2003). Através da experiência dos FRC, em 1996, ocorre à criação do Sistema Cresol, através da qual se formaliza o trabalho

com o crédito, havendo um dialogar diretamente com as políticas públicas e instituições financeiras.

O município de Francisco Beltrão tem sua colonização datada do ano de 1940, transformando-se em 1951 em município. Sendo sede da GETSOP, isso propiciou que houvesse maiores investimentos em infraestrutura da cidade, assim como maior arrecadação de verbas federais para que enfrentar o êxodo rural no período de 1970 e 1980, mantendo, através de um planejamento público eficaz, crescimento constante. O município no ano de 2010 se encontrava com 78943 mil habitantes, distribuído em 27909 domicílios, tendo como base econômica a produção agrícola. Apesar do desenvolvimento crescente da indústria, a agricultura ainda se mantém como carro chefe da economia municipal, de acordo com a Prefeitura de Francisco Beltrão (2014). A produção agrícola, tanto no Sudoeste como um todo como na cidade de Francisco Beltrão, possui fortes amarras com o crédito agrícola, onde esse se faz de grande importância para a realização dos projetos dos agricultores.

## 2.2 O cooperativismo de crédito

Bittencourt (2003) argumenta sobre a importância de se reduzir os custos e aumentar a eficiência dos repasses federais para incentivar à agricultura familiar. Para ele, cabe levantar o caso do cooperativismo de crédito/credito solidário, que há séculos trabalha em paralelo aos bancos, propiciando meios para os menos afortunados realizarem seus projetos produtivos. Estas organizações muitas vezes ocupam o espaço deixado pelo Estado, onde através da coletividade se supera os obstáculos da lógica dominante do capital financeiro, através de juros baixos e capital social servindo de aval aos cooperados.

A iniciativa do cooperativismo de crédito está baseada no primeiro exemplo cooperativo de sucesso e de economia solidária, com suas bases fundadas nos socialistas utópicos. Assim, tomou-se como exemplo principal os "Pioneiros Equitativos de Rochdale", uma cooperativa de consumo fundada em 1844, que deixariam como herança a lição produtiva, a indústria e seu carácter comunitário. Para os utópicos, uniria o modelo industrial com um comunitário. Desde então, ao se falar em cooperativismo, a palavra traz junto a si, uma lógica de trabalho conjunto tendo em seu cerne reciprocidade (Pinheiro, 2008)

A reciprocidade e a solidariedade apareceriam como um fator de coesão social, algo que uniria os indivíduos de uma mesma sociedade. Para Sabourin (2011) o que

manteria uma sociabilidade entre os indivíduos seria, “Dar, Receber, Retribuir”. Enquanto os indivíduos as seguissem e mantivessem laços de solidariedade, a comunidade permaneceria unida, possibilitando um crescimento conjunto, com formação de capital social.

Em um ambiente com constantes mudanças na ordem mundial e pressão de grandes capitais, seriam nos modelos comunitários, cooperativistas, que se encontrariam alguns dos modos de resistência. Isso seria uma forma de buscar espaço em um mercado competitivo, tendo como exemplo os modelos originais do cooperativismo, que, baseados nos princípios levantados acima, serviriam de guia para as formas atuais de cooperativismo (MALDNATZ, 2003).

Para Wellen (2012) muito poucas seriam as cooperativas atualmente que realmente seguem um modelo solidário. Ressaltam-se as dificuldades encontradas por estas, ao se inerirem no mercado, e as muitas pressões sofridas, oriundas do mercado e dos próprios cooperados. Essas pressões resultariam nas consequentes padronizações sofridas pelas cooperativas, que para se adaptar as pressões do mercado, acabam sucumbindo a modelos de ação e administração tradicionais, deixando de lado o caráter solidário presente em sua criação.

O mercado aparecerá como principal entrave à economia solidária, na medida em que promove o individualismo, levantando-se a necessidade de ver as especificidades deste tipo de economia. Wellen (2012) salienta que os empreendimentos solidários tem que se adaptar para atender o mercado, mas, para que isso seja possível, surge à necessidade de se aderir em partes à padronização do modelo capitalista. O grande diferencial estaria nos trabalhadores, os quais são ao mesmo tempo donos do empreendimento, não dispondo de regalias habituais que os donos usufruem. Assim, tendo a economia solidária como principal diferencial a formação de capital social das cooperativas.

O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência (ABRAMOVAY, 2000). Quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários que, individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda. Abramovay (2000) nos traz, ao trabalhar o capital social, uma noção de interação do grupo que dialogaria com as lógicas de solidariedade e reciprocidade trabalhadas anteriormente, desmistificando a crença de que os atores seriam motivados a se unirem e a cooperarem apenas por um senso egoísta de sobrevivência. Isso pode acontecer, porém colocaria em cheque a durabilidade da instituição, pois assim que deixasse de ser benéfico ao usuário, ele a

abandonaria. Dessa forma, ressalta-se a importância de fatores sociais que transcendem a ordem materialista, onde seja possível uma solidariedade entre os membros do grupo tendo uma confiança mútua entre si, do mesmo modo que isso ocorreria com a instituição que os representa, sendo um grande exemplo disso o cooperativismo de crédito, o qual tem no capital social as suas bases fixadas e através dele atende aos cooperados, mesmo que em muitos casos não seja possível a esses comprovarem a devida renda para acesso ao crédito. O quesito confiança se sobressai à lógica ocidental baseada na acumulação egoísta.

## **2.3 Evolução do cooperativismo de crédito**

Seguindo o princípio da cooperativa pioneira dos 28 tecelões, surgem em sequência às cooperativas criadas por Raiffeisen, com características tipicamente rurais, que ressaltavam a responsabilidades dos sócios e a singularidade dos votos, não tendo como critério para esses a quantidade de cotas de cada um. Já no que tange o cooperativismo de crédito cabe destaque à Herman Schulze, que como ressalta Pinheiros (2008) foi o organizador da primeira cooperativa de crédito em 1856 na cidade alemã de Delitzsch, que, diferente das criadas por Raiffeisen, tinha como princípio o retorno dos lucros em forma proporcional ao capital investido, assim como a remuneração dos dirigentes. Essas cooperativas ficaram conhecidas na Alemanha como bancos populares.

Esse modelo seria seguido por Luigi Luzzatti em 1865, na cidade de Milão, tornando-se muito popular no século XX, como levanta Pinheiros (2008). Tem seu auge no Brasil nas décadas de 40 e 60 devido a não obrigatoriedade de vínculo e aos pequenos empréstimos, assim como a responsabilidade com a instituição, condizente com as cotas de cada indivíduo. Foi este modelo que inspirou anteriormente Alphonse Desjardins a criar, em 1900, no Canadá, uma cooperativa que ficaria conhecida como cooperativa de crédito mútuo, que reúne características das destacadas a cima, porém com a exigência de algum vínculo dos associados (Pinheiros. 2008)

No caso brasileiro as primeiras experiências aparecem ainda no século XIX com a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto em 1889, que se assemelharia a uma cooperativa de crédito e de certo modo a uma espécie de previdência social para os integrantes, através das caixas de auxílio. Estas eram destinadas a amparar aos que sofressem algum infortúnio, como morte ou problema grave de saúde. Posteriormente, em 1894, cria-se a Sociedade Beneficente

de Juiz de Fora, como salienta Pinheiros (2008) que teria fins de trabalhar com questões de saúde e educação.

Bastante difundidas ao lado das caixas rurais Raiffeisen, as cooperativas de crédito agrícola destinavam-se à propagação do crédito entre os produtores rurais. Na falta de mais detalhes referentes a essa categoria, o Ministério da Agricultura baixou a Portaria nº 26, de 29 de agosto de 1938, posteriormente alterada pela Portaria nº 181, de 6 de fevereiro de 1958, estabelecendo, entre outras coisas, a obrigatoriedade de constar a expressão "Agrícola" na denominação e de terem, no mínimo, permanentemente, 60% de agricultores em seu quadro social. A Portaria nº 1.098, de 11 de dezembro de 1961, alterou parcialmente as citadas normas, passando a exigir que as cooperativas de crédito agrícolas e as agrícolas mistas com seção de crédito somente admitissem como agricultores e criadores associados, além da obrigatoriedade de destinarem às operações de crédito agrícola ou à aplicação em atividades agrícolas pelo menos 70% do valor de seus empréstimos (PINHEIROS, 2008, p. 33)

Como o autor salienta, a primeira cooperativa de crédito criada no Brasil apareceria apenas em 1902, em Nova Petrópolis (RS), com características do cooperativismo Raiffeisen, a qual atendia pelo nome de Caixa de Economia e Empréstimos Amstad (em memória ao jesuíta Theodor Amstad). Ela se transformaria posteriormente na Caixa Rural de Nova Petrópolis, que permanece em funcionamento. Posteriormente a essa cooperativa, inúmeras outras vão surgindo, demonstrando a necessidade de uma regulamentação à atividade, como Pinheiros argumenta abaixo:

Deste período em diante inicia uma onda expansionista do modelo cooperativismo de crédito, juntamente a esse surgem leis que orientam a atividade no país. Já em 6 de janeiro de 1903, o Decreto do Poder Legislativo nº 979, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 6.532, de 20 de junho de 1907, permitia aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito agrícola, bem como de cooperativas de produção ou de consumo, sem qualquer detalhamento do assunto (art. 10). O Decreto nº 6.532 estabelecia que sindicatos agrícolas poderiam fundar uniões de sindicatos ou sindicatos centrais (art. 40), e que essas uniões de sindicatos ou sindicatos centrais poderiam admitir como associados, além dos sindicatos agrícolas, associações agrícolas ou de industriais rurais e, do mesmo modo, os sócios dessas instituições (art. 43). A primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades cooperativas, no entanto, foi o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907. As cooperativas poderiam ser organizadas sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita, sendo regidas

pelas leis específicas (art. 10). Como comando específico para cooperativas de crédito, dispunha o artigo 23 (PINHEIROS, 2008, p. 28)

Os princípios das cooperativas de crédito solidárias são diferentes das instituições financeiras, pois são organizações onde o proprietário é o cliente e gestor ao mesmo tempo, apoiando-se em princípios de associativismo, não maximizando o lucro, mas sim nas relações com seus cooperados, de acordo com Locks & Ramos (2012), o que acarretaria o grande diferencial deste sistema ao compará-lo com o sistema financeiro convencional.

## **2. 4 O cooperativismo de crédito da Cresol Baser – Sistema Cresol**

As cooperativas do Sistema Cresol Baser nasceram da experiência do Fundo de Crédito Rotativo (FCR), vigente nas décadas de 1980 e 1990, o qual foi financiado pela ONG MISEREOR (um projeto da Igreja Católica Alemã). O FCR, através do apoio da cooperação internacional, foi administrado por um conselho de entidades populares da região Sudoeste do Paraná. Em 1996, através das experiências do sistema FRC, com objetivo de ampliar o acesso ao crédito rural, para a região, ocorre a criação do Sistema Cooperativo Cresol. Inicialmente estando sediado em três cidades do Sudoeste do estado do Paraná (Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema) e duas no Centro-Oeste (Pinhão e Laranjeiras do Sul) (BASER, 2014).

Nesse mesmo ano se dá à criação do PRONAF, que paralelo à criação da cooperativa de crédito, vem trazer desenvolvimento para a agricultura familiar. O desenvolvimento nesse caso incorporaria a possibilidade de empréstimos para investimentos, trazendo recursos para a implantação de projetos produtivos. Assim, os agricultores familiares podem ter um aumento na qualidade de vida, o qual poderia ser associado como consequência do crédito, na medida em que ao se poder investir na produção, tende-se a um aumento da mesma, que associada aos juros mais baixos, tanto por parte da Cresol como do PRONAF, resultam em maior liquidez para os agricultores. Dessa forma, estes se veem possibilitados a aumentar seus investimentos nos elementos em que julguem necessários.

Esse desenvolvimento seria segundo Locks & Ramos (2012), aumentado em sua potencialidade devido ao caráter descentralizado do sistema Cresol, que, ao contrário da grande maioria dos sistemas cooperativistas, optou por atuar em forma de rede, dando autonomia às unidades locais. Ao atuarem em caráter local, há a

possibilidade de redução de custos e um maior conhecimento dos atores que integram e trabalham como sistema cooperativista, tanto no quadro econômico como no social, o que facilitaria e proporcionaria um enfoque maior ao se trabalhar as reais demandas destes indivíduos.

Devido ao aumento do significativo do sistema cooperativo, por determinação do Banco Central do Brasil, cria-se em Francisco Beltrão/PR, no ano de 2000, a Central Cresol Baser, que orientaria as atividades das demais afiliadas, ficando como representante política e de serviços, tendo o encargo de fiscalizar e orientar os demais membros do sistema. Logo em seguida, no ano de 2004, cria-se em Chapecó Santa Catarina uma segunda central de crédito, tendo como afiliadas as cooperativas do estado, assim como as do estado vizinho, o Rio Grande do Sul. Como consequência do aumento da abrangência do sistema, novas afiliadas e Centrais vão sendo criadas.

Atualmente o sistema Cresol se divide em Cresol Baser, Bases Regionais de Serviços e Cooperativas Singulares (BASER, 2014). A Cresol Baser fica responsável por gerenciar e coordenar todo o sistema, como a parte contábil e administrativa. As Bases Regionais seriam responsáveis por agregar as cooperativas singulares, dando a elas as devidas orientações, acompanhamento para implantação e sequência do modelo cooperativista Cresol podendo ser mais bem entendida com análise da tabela 01 onde demonstra os locais em que estão inseridas e suas movimentações. Já as Cooperativas Singulares seriam consideradas de primeiro grau, trabalhando diretamente com os cooperados, propiciando a este crédito rural e capacitação cooperativa (mantendo assim uma hierarquia institucional). A Tabela 01 demonstra como estão alocadas as bases regionais e os seus dados, evidenciando sua importância para o Sistema Cresol.

Tabela 01- Base Regionais e dados agrupados das cooperativas singulares  
**Bases Regionais de Serviços**

	P.L.A*	Dep. a vista	Dep. a prazo	Saldo Empréstimos Rec. Próprio	Saldo Repasses	Quadro Social
Base Cataratas - PR	32.087.808,16	11.456.161,56	37.228.176,65	52.809.987,47	142.145.442,67	14154
Base Centro-Oeste - PR	41.436.653,29	16.583.731,84	45.043.762,72	74.915.238,72	163.047.699,84	19319
Base Espírito Santo	4.715.386,66	3.966.832,39	8.100.889,24	9.483.570,69	22.131.288,27	5938
Base Fronteira - PR	24.977.028,75	7.056.017,87	31.296.548,04	36.132.656,62	96.359.631,61	9334
Base Litoral SC	25.956.112,09	13.327.773,10	91.733.952,59	70.766.248,71	71.909.559,21	17629
Base Meio Oeste - SC	8.719.703,87	3.312.814,37	18.678.865,19	20.804.141,42	42.942.382,43	4819
Base Metropolitana - PR	22.281.591,70	6.344.584,11	26.038.202,55	38.648.786,12	68.849.135,63	13168
Base Minas	3.517.101,90	2.530.907,32	7.794.286,21	8.097.581,98	7.296.121,61	6978
Base Noroeste - PR	3.083.049,33	1.736.124,37	3.832.743,71	3.886.980,72	7.762.486,00	2507
Base Rondônia	3.615.002,64	2.360.422,69	5.130.717,05	6.279.165,11	2.019.973,37	3395
Base Sudoeste - PR	72.348.706,94	31.231.863,25	102.405.513,61	102.597.999,88	294.669.071,11	24111
<b>Total</b>	<b>242.738.145,33</b>	<b>99.907.232,87</b>	<b>377.283.657,56</b>	<b>424.422.357,44</b>	<b>919.132.791,75</b>	<b>121352</b>

\*Dados referente apenas às cooperativas singulares

Fonte: (Cresol Baser, 2013, p. 20).

A questão de capacitação dos cooperados é de suma importância para o prosseguimento do modelo cooperativo atual da Cresol, à medida que a grande maioria dos cargos da instituição é ocupada pelos próprios agricultores, o que propiciaria um maior contato entre os cooperados da cooperativa.

Quanto ao critério fundamental para adesão à cooperativa, trabalha-se com agricultores enquadrados na lei da agricultura familiar, que descrevem as especificidades para que determinado indivíduo seja considerado Agricultor Familiar, com a limitação de aceitar a filiação de novos membros apenas a partir dos 18 anos e que se enquadrem na mesma lei.

Ao trabalhar com o público da agricultura familiar, faz-se de grande importância destacar as linhas de microcrédito, provenientes de repasse através do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), que surge com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) instituído em 1996 e posteriormente reformulado, passando a aceitar como garantias os ativos das carteiras de crédito dos agentes repassadores credenciados, como cooperativas centrais ou agências de fomento.

Um dos grandes benefícios dos sistemas cooperativos é em relação aos encargos pagos para a realização de movimentações financeiras e as taxas de juros, que em um sistema cooperativos tendem a ser menores em relação às cobradas pelas instituições financeiras convencionais. Segundo relatório da Cresol (2013), a somatória

do economizado por seus cooperados, ao utilizarem os serviços da cooperativa e não de um banco convencional chegou a R\$128.417 milhões, no ano de 2013, isso considerando a economia condizente as taxas de juros.

Economia que segundo o mesmo relatório chega a R\$ 150 milhões se somadas às tarifas que condizem a R\$ 10.683 milhões, o pagamento de juros pelo capital social, pago pelas cooperativas do sistema por utilizarem em suas transações, condizendo a R\$ 2.206 milhões, somados as sobras geradas pela cooperativa ao fim do ano de 2013 que chegaram a R\$ 9.168 milhões, resultando no fim do ano em um montante de R\$ 150.874 milhões. Esses valores não seriam usufruídos pelos cooperados em um sistema convencional, conforme a tabela 02 abaixo:

Tabela 02- Relatório anual 2013 Cresol Baser

1- Taxas de Juros	
Finalidade	Empréstimos
Média Bancos* (a.a)	69,54%
Média Cooperativa (a.a)	32,46%
Diferença	<b>37,08%</b>
Média Anual Carteira (R\$ mil)	346.326
A diferença entre as taxas de juros dos bancos com relação a cooperativa gerou uma economia aos cooperados da Cresol de:	
	<b>128.417</b> milhões
2- Tarifas	
Valor Médio Pacote de Serviços Mensal Bancos:	R\$ 17,29
Valor Médio Pacote de Serviços Mensal Cresol:	R\$ 7,42
Diferença mensal	R\$ 9,87
Número de Cooperados Cresol que utilizam Pacote de Serviços:	R\$ 90.204
Os cooperados da Cresol economizaram no ano	
	<b>10.683</b> milhões
3 - Pagamento de Juros ao Capital Social	
Na Cresol o cooperado tem sua Cota Capital remunerada. As 26 cooperativas que remuneraram a Cota Capital de seus cooperados em 2013 creditaram aos mesmos (R\$ mi)	
	<b>2.606</b> milhões

Fonte: (Cresol Baser, 2013, p. 04)

### 3. Os agricultores familiares beltronenses

O presente capítulo objetiva descrever os dados obtidos pela aplicação dos questionários aos agricultores familiares entrevistados para o estudo. O capítulo está dividido em quatro subcapítulos. Inicia-se identificando o tamanho das famílias, os membros que permanecem no domicílio, o tamanho da propriedade e a renda

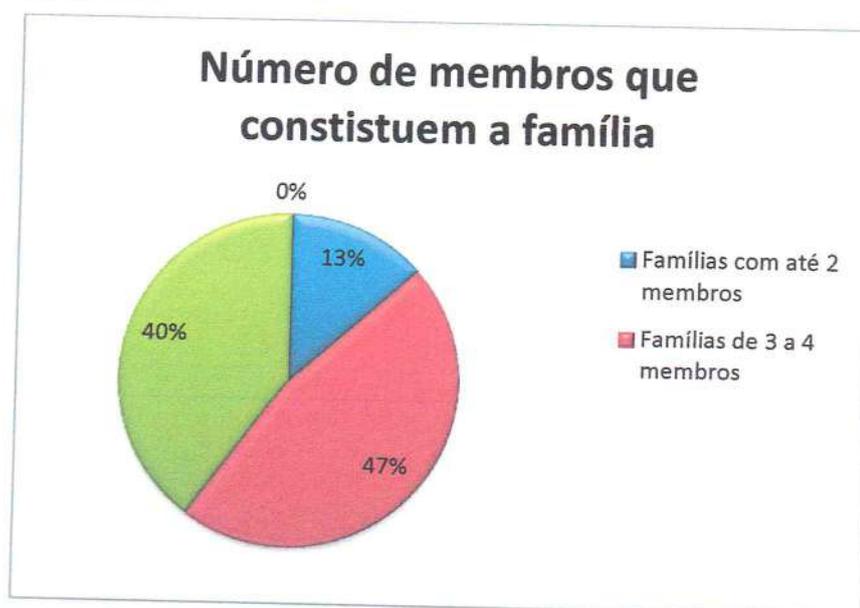
estimada. No segundo, procura-se ressaltar a relação dos agricultores com a cooperativa. Em seguida, terceiro subcapítulo, procurou-se identificar o relacionamento dos agricultores com o crédito e as linhas acessadas. E, por fim, relaciona-se as respostas dos indivíduos quanto a melhora da qualidade de vida.

### 3.1 Perfil dos agricultores familiares

Os respondentes de nossos questionários estão na faixa dos 30 anos ou mais, todos são agricultores com família constituída. Sendo assim, é interessante entender a constituição dessas famílias como o número de integrantes e o modo com que se relacionam com a cooperativa a qual fazem parte, bem como importância que o crédito rural possui para esses.

Neste sentido, com base no Gráfico 01, observa-se que 47% dos entrevistados, possuem na constituição de suas famílias de três a quatro membros. Já as famílias com número superior a este, representam 40% das famílias, dentre esses os números se apresentaram muito variados oscilando de 5 a 12 indivíduos. As famílias compostas por até dois indivíduos (casais) representaram 13% do total. Observando-se entre as entrevistadas uma média de 05 membros por família.

Gráfico 01

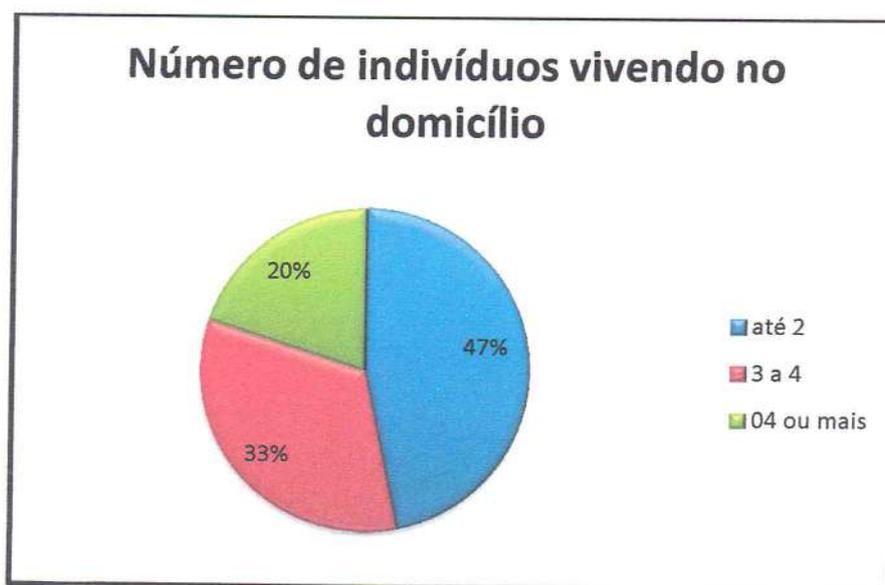


Fonte: Pesquisa de campo, outubro 2014.

Ao compararmos os dados anteriores com o Gráfico 02, podemos observar que o tamanho das famílias e o número de indivíduos que moram no domicílio geram um dado bastante diferente do analisado acima. Pode-se perceber uma grande inversão dos dados, em que, domicílios com até duas pessoas agora ocupam 47% dos casos. Os domicílios contendo de três e quatro pessoas agora representam 33% dos agricultores entrevistados, os quais possuem filhos com pouca idade e residem com os pais. As famílias com mais de quatro indivíduos, que há alguns anos eram maioria, agora representam somente 20% dos casos.

Dalcin (2009) demonstra uma tendência a êxodo rural por parte dos membros mais jovens das famílias. Ressalta o que já se caracteriza como tendência ao se abordar a juventude rural. Um contexto em que, os filhos deixam as propriedades rurais e migram para as cidades, motivados por muitas variáveis. As mais comuns seriam: o desencanto com o rural; a não passagem da propriedade das terras dos pais para os filhos, em que os pais continuam trabalhando na mesma, o que levaria os filhos em busca de suas independências (liberdades), migrando para a cidade, mesmos cientes das dificuldades a serem enfrentadas. Entre os entrevistados foi constatado um caso no qual o filho retornou ao rural, somente após os pais se aposentarem e passarem a ele a direção das atividades da propriedade.

Gráfico 02



Fonte: Pesquisa de campo, outubro 2014.

O quesito educação pode contribuir para mostrar os caminhos possíveis construídos pelos filhos dos agricultores, enquanto projeto de vida e trabalho. Pois enquanto 87% dos chefes de famílias cursaram apenas o ensino fundamental, seus

filhos oscilaram entre as várias escalas educacionais. Os dados do Gráfico 03 destacam que entre as famílias entrevistadas 33% possuem filhos cursando ensino superior e 40% com filhos realizando o ensino médio. Estes dados corroboram com outros estudos como o de Basso (2013) no qual os pais estão oportunizando escolaridades e formação profissional aos filhos. A permanência dos filhos na propriedade familiar depende de vários fatores, dentre eles a oportunidade de renda a qual tem grande importância para os jovens. Os números quanto à escolaridade tendem a mudar, à medida que os 43% que ainda estão no ensino fundamental e médio, tendendo a ir para o ensino superior, o que caracteriza uma tendência nacional.

Gráfico 03



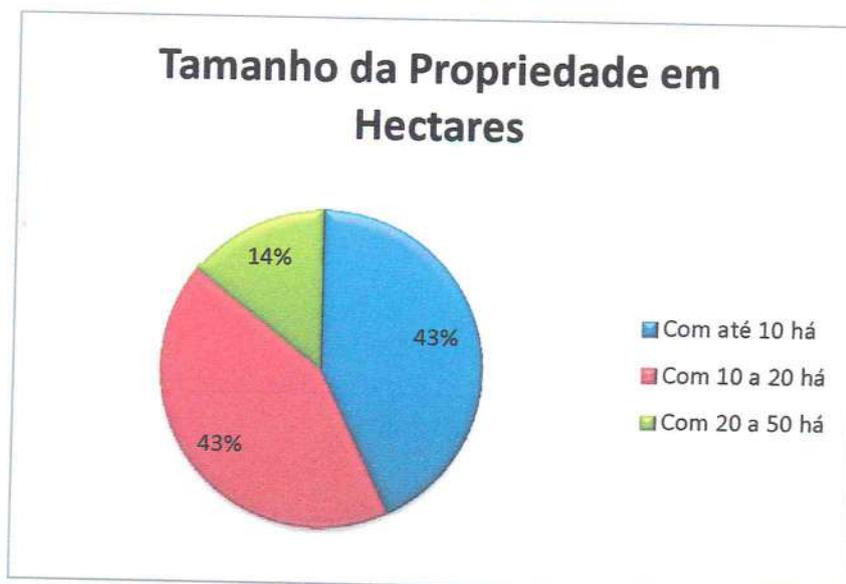
Fonte: Pesquisa de campo, outubro 2014.

Mesmo as capacitações técnicas em grande medida, são filhos os que as realizam, pequena quantidade de pais demonstraram ter feito alguma. Uma das possíveis hipóteses para isso estaria no fato, de o trabalho na propriedade, ser feito exclusivamente famílias. Deste modo, o tempo para capacitação técnica encontra-se restringido.

O tamanho das propriedades, as atividades produtivas e a renda podem colaborar muito para se entender a realidade destes proprietários. De acordo com o Gráfico 04, todos os entrevistados possuem propriedades com área inferior a 50 ha, sendo que 86% deles possuem menos de 20 ha. Entre eles, 43% das propriedades se encontram com até 10 hectares, outros 43% se encontram com pose de 10 a 20

hectares. A amostra em estudo se encontra dentro da tendência regional, em que ampla maioria dos agricultores familiares do Sudoeste paranaense possuem estabelecimentos com até 20 ha (BASSO, 2013).

Gráfico 04



Fonte: Pesquisa de campo, outubro 2014.

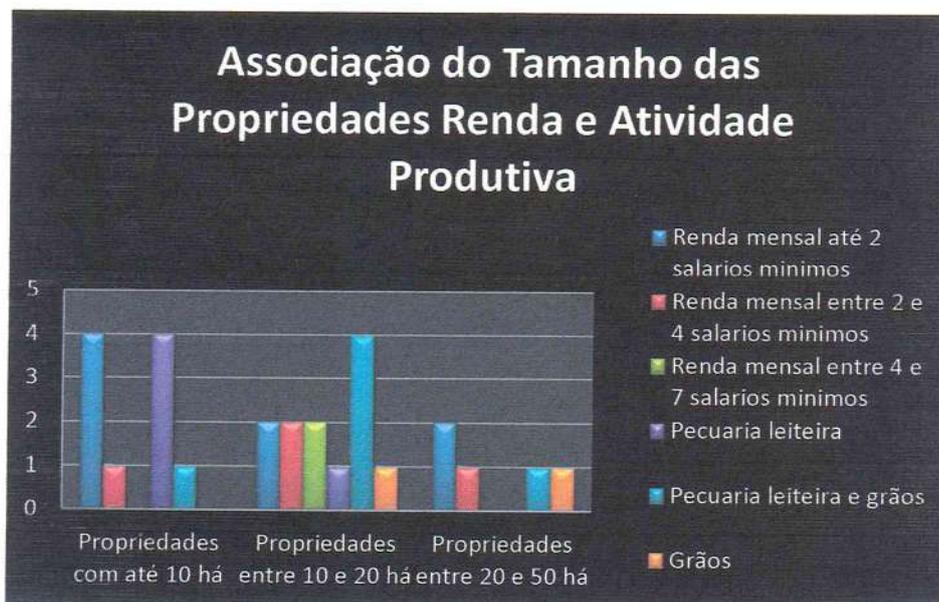
Quanto às atividades produtivas exercidas nessas propriedades, Gráfico 05, aparecem como tendência entre os agricultores a pecuária leiteira possuindo grande predominância, estando em alguns casos associada à produção de grãos, a qual aparece poucas vezes, como sendo a principal renda da propriedade. Em apenas um caso, a produção de grãos aparece como renda única, neste caso em específico o proprietário declarou arrendar terras.

Por mais que se tenda a associar diretamente a renda ao tamanho das propriedades, isso seria um grande equívoco como veremos no Gráfico 05. Entre os entrevistados, 60% declaram ter uma renda estimada de até 2 salários mínimos; 27% disseram obter renda entre 2 e 4 salários mínimos; apenas 13% (um caso) ultrapassam esses valores, mantendo uma renda estabelecida entre 4 e 7 salários mínimos.

Nesses casos analisados, os agricultores com maiores rendimentos estimados não são os quais possuem maior quantidade de terras, mas sim os que se encontram em uma escala intermediária, com propriedade entre 10 e 20 hectares. Os entrevistados com maiores porções de terras alegam manter um rendimento mensal

baixo. Mesmo desempenhando mesma atividade produtiva que os demais e, possuírem maior quantidade de terras, como pode ser analisado no Gráfico 05.

Gráfico 05



Fonte: Pesquisa de campo, outubro 2014

Essa associação positiva entre a renda e o tamanho da propriedade não ocorre neste estudo. A variação da renda encontra-se relacionada a atividade produtiva implementado pela família e a maneira como a atividade é desenvolvida. Propriedades com maiores investimentos na produção – com destaque para o setor leiteiro com a compra de animais especializados, equipamentos adequados, outros – aumentaram a produtividade e reduziram os esforços físicos.

Outro caso importante a se considerar são as políticas sociais na composição da renda. Este fato ocorre com uma das famílias das quais apresentam maior rendimento mensal ter um aposentado, que neste caso o chefe da família associou o benefício a renda mensal elevando-a. Por se fazer presente um único caso de aposentadoria e sendo esse o único benefício constatado, não nos debruçaremos, sobe a importância da aposentadoria rural.

### 3.2 Relação entre os cooperados e a cooperativa

O Sistema Cresol Baser de cooperativa se faz presente no Sudoeste do Paraná há 18 anos. Para se analisar a relação dos agricultores entrevistados com a cooperativa de crédito rural Cresol Francisco Beltrão foi observado as seguintes questões: o tempo em que se encontra associado à cooperativa; como percebem a relação com a cooperativa; e o atendimento realizado por parte da cooperativa ao cooperado.

O Gráfico 06 demonstra o tempo o qual os agricultores estão associados a cooperativa. Entre eles, 60% relatam serem cooperados a mais de 10 anos, 33% se encontram entre 05 e 10 anos, sendo que apenas 7% ou seja, apenas um entrevistado, se encontra em um período que vai de 2 a 5 anos. Considerando o tempo significativo a que esses agricultores se encontram como associados ao sistema cooperativo, pode-se ter uma maior clareza, quanto aos questionamentos referentes ao funcionamento da instituição e ao relacionamento dos cooperados e a cooperativa.

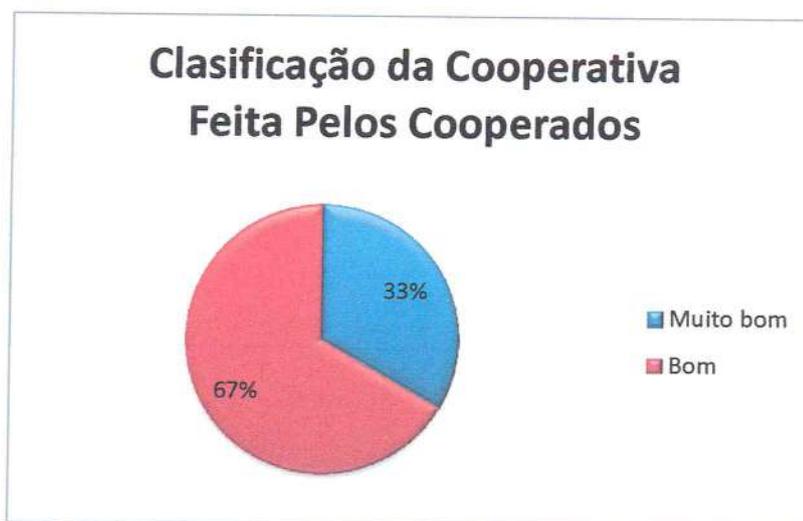
Gráfico 06



Fonte: Pesquisa de campo, outubro 2014.

A relação entre os cooperados e a cooperativa é algo importante, para se identificar a funcionalidade do processo cooperativo. Para isso questionamos os cooperados quanto à visão que possuem em relação a Cresol Baser, tendo como modelo a escala Likert, os graus de satisfação oscilam entre ótimo e péssimo. As respostas dos entrevistados se mantiveram entre "Bom e Muito bom". De acordo com o Gráfico 07, 67% dos agricultores destacaram o sistema cooperativo em questão como sendo algo bom para suas vidas e para projeto produtivo; os demais 33% consideram o sistema como sendo algo muito bom. Esses dados indicam um forte grau de satisfação no que se refere a relação entre os cooperados com sua cooperativa de crédito.

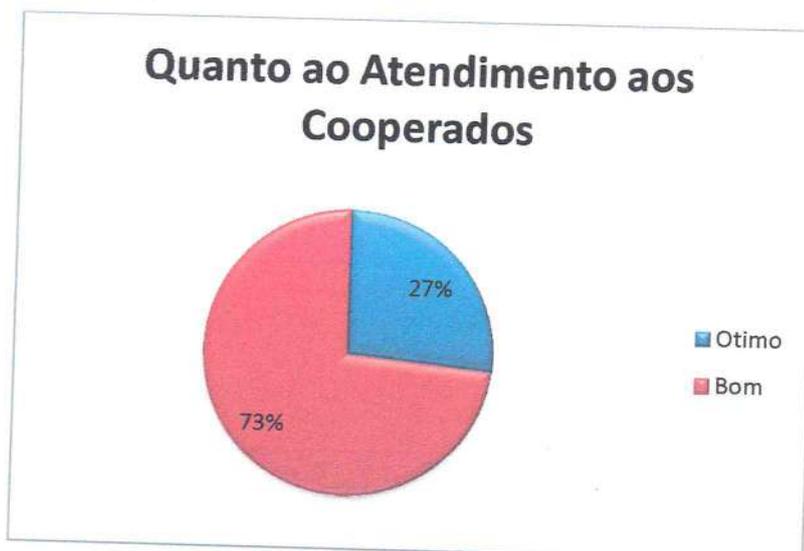
Gráfico 07



Fonte: Pesquisa de campo, outubro 2014.

O Gráfico 08 demonstra o levantamento quanto à visão dos cooperados a respeito do atendimento realizado pela cooperativa. Um dos pontos abordados foi em relação à comunicação entre a instituição e os seus cooperados, objetivando mensurar a existência de problemas cooperativos entre as partes. Observou-se uma hegemonia nas respostas, ao relatarem não haver problemas comunicativos. Porém, no quesito atendimento, prestação de serviços e atendimento ao público os resultados indicam leve variação, oscilando entre bom e ótimo, com a maioria significativa dos resultados se concentrando na segunda opção.

Gráfico 08



Fonte: Pesquisa de campo, Outubro 2014.

Mesmo existindo um bom relacionamento dos cooperados com a cooperativa, os agricultores salientam a necessidade de que se realizem melhorias, a exemplo do melhor treinamento dos funcionários, onde segundo os cooperados, existem casos de despreparo e, algumas vezes, má vontade por parte de uma pequena parcela dos funcionários. Casos que deveriam ser ajustados e, os quais os agricultores ao se posicionarem quanto ao tema, pode facilmente corrigi-lo, à medida que possuem participação na direção da instituição por se tratar de uma cooperativa.

### 3.3 Crédito e linhas de crédito acessadas

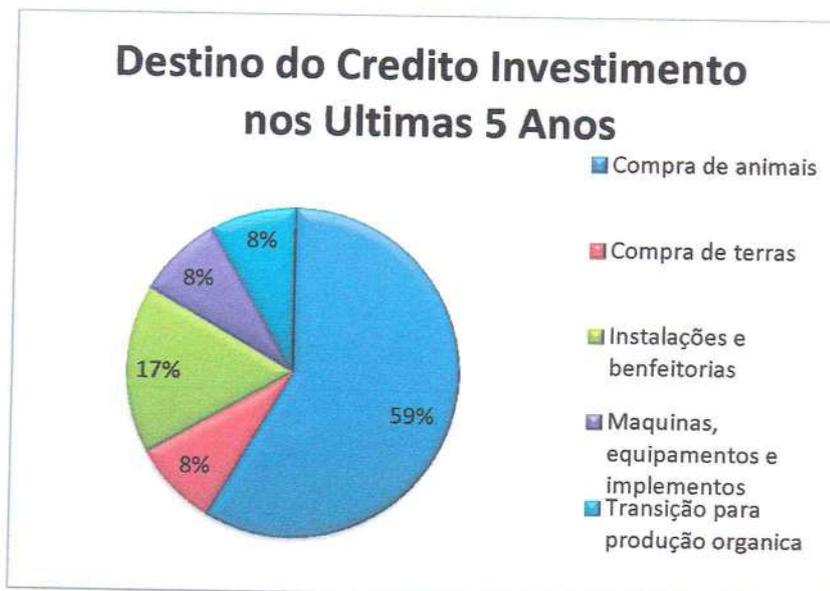
O acesso ao crédito é uma condição importante para que os agricultores se encontrem capacitados (SEN, 2000) para realizar seus projetos produtivos. Para isso se fez uma série de questionamentos quanto aos créditos acessados, seus usos e como sua utilização afeta a dinâmica da propriedade.

Os questionamentos para identificar a tomada e o uso, se dividiram entre linha crédito investimento e linha de custeio. Sendo feito uma relação entre o acesso ao longo de cinco anos, associado ao destino que se deu a esses e como isso impactou os projetos produtivos dos agricultores. Assim, demonstram-se os caminhos trilhados e as estratégias as quais esses agricultores traçam considerando o seu entorno. Outro ponto importante de análise diz respeito às instituições onde se acessam o crédito, bem como procurou-se estabelecer como impactam as dinâmicas da

propriedade, se haveria dificuldades quanto ao pagamento das parcelas e se isso interfere negativamente na dinâmica produtiva da propriedade.

Muito dos agricultores entrevistados tem entre suas principais atividade a pecuária leiteira, refletindo diretamente no destino do crédito viabilizado. No caso da linha de investimento pode ser visualizado no gráfico 09 que, 59% dos proprietários fazem uso desta modalidade para compra de animais. Outros 25% dos agricultores compraram maquinário, equipamentos e realizaram melhorias (benfeitorias) nas instalações, sendo que destes investimentos muitos dos quais estando associados à produção leiteira. Apenas um caso representando 8% dos dados, aparece para compra de terras e, outros 8% para a realização de transição, para uma produção orgânica.

Gráfico 09



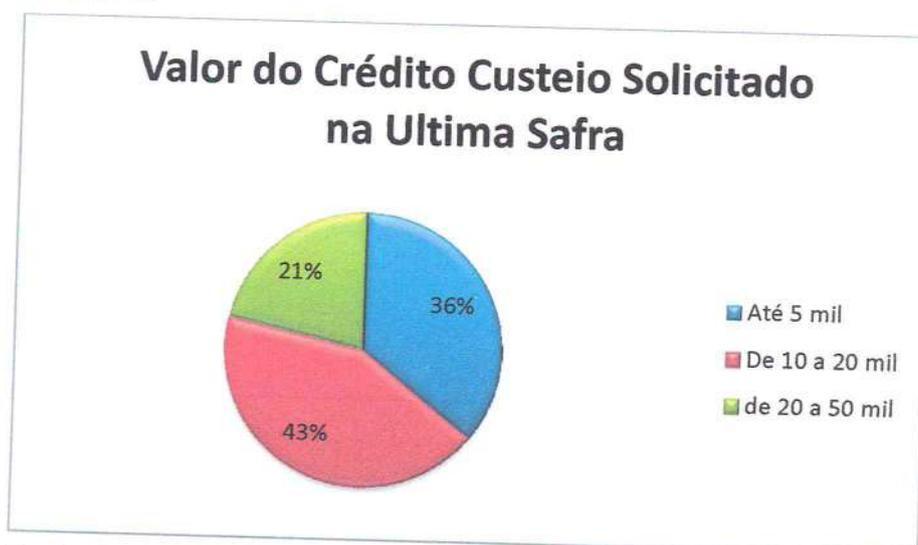
Fonte: Pesquisa de campo, outubro 2014.

No que se refere à linha de crédito para custeio, 67% dos entrevistados, declaram utilizar o crédito com frequência anual para desenvolver seus projetos produtivos. Outros 26% declaram fazer uso, porém não ocorreria com frequência, sendo que apenas 7% ou seja, em apenas um dos entrevistados se declarou não utilizar essa modalidade de crédito.

Quando indagados sobre o destino desses crédito, 80% dos agricultores disseram utilizar para compra de insumos, estando apenas 7% sendo usado no pagamento de serviços, os demais 13% não declararam o uso, ou por não o fazerem ou por utilizar com pouca frequência.

Os valores solicitados nesta modalidade de crédito demonstraram ser bem variados entre os agricultores, como pode ser constatado no Gráfico 10. Entre os entrevistados 36% fazem uso de valores até 5 mil; 43% fazem uso de valores entre 10 e 20 mil; por fim, 21% fazem uso de valores entre 20 e 50 mil. Estes dados contribuem para evidenciar a capilaridade do cooperativismo de crédito da Cresol Baser, atendendo agricultores com diferentes demandas e volumes de crédito para desenvolver seus projetos produtivos.

Gráfico 10



Fonte: Pesquisa de campo, Outubro 2014.

Com relação à importância do crédito para custeio para desenvolver a produção, 93% dos que fazem uso disseram que para realizar os cultivos produtivos estão dependentes desta linha de crédito. O principal argumento seria o baixo capital de giro de suas propriedades.

Em relação à existência (ou não) de dificuldades dos agricultores em realizar os pagamentos de crédito os dados indicam que entre os entrevistados 87% não encontram problemas, ou seja, estão conseguindo pagar os créditos acessados. Os demais (13%) declararam enfrentar dificuldade e associaram ao atraso no recebimento da venda de seus produtos.

Quanto ao comprometimento da dinâmica da propriedade com relação ao pagamento dos créditos agrícolas, não se apresentaram respostas que demonstrem que exista um real comprometimento das atividades, porém se apresentam algumas

reclamações quanto às taxas de juros e a inflexibilidade nas datas de pagamentos, à medida que o atraso em muitos casos acarreta em juros com custo elevado.

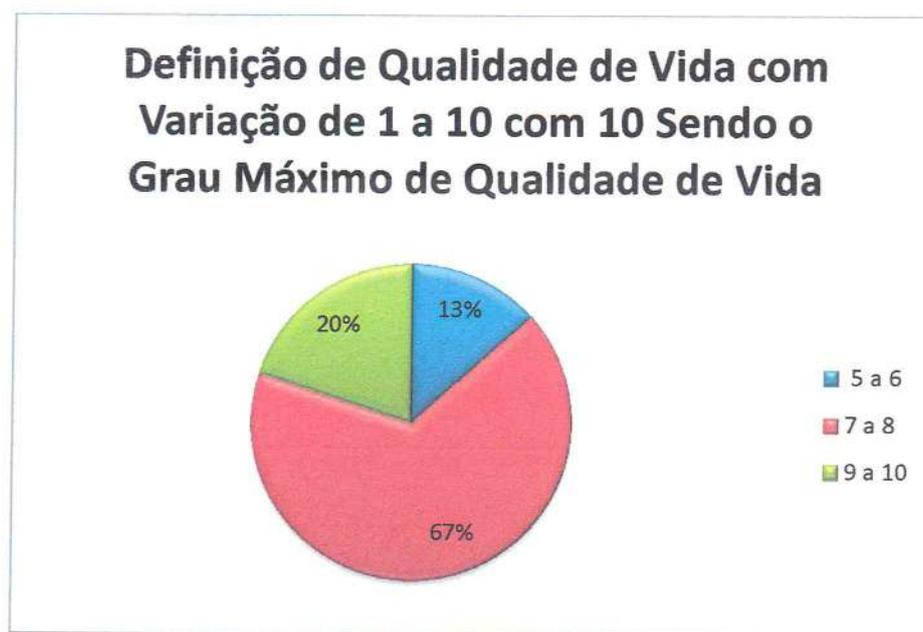
### 3.4 Qualidade de vida dos cooperados

Ainda baseado no relacionamento cooperado e cooperativa, procurou-se apurar, se ao longo dos últimos cinco anos e com a participação da cooperativa esses agricultores realizaram mudanças em seus projetos produtivos e como se encontra a qualidade de vida desses, percebida segundo eles próprios.

Ao indagá-los quanto a mudanças nos sistema produtivo 80% dos agricultores visitados declararam terem feito mudanças nos últimos 5 anos. Entre as mudanças, e para a maioria dos agricultores, destaca-se: (1) a busca de um maior conforto na realização das atividades agrícolas (2) investimentos na propriedade para melhoria da produção. Os que não declararam mudanças disseram já estar com o estabelecimento familiar estruturado.

Na variável qualidade de vida os dados nos mostram que 87% afirmam ter havido uma melhora ao se fazer um comparativo com os últimos cinco anos. Para termos uma visão a respeito da qualidade de vida desses agricultores, pediu-se para que em sua opinião destaca-se o grau de qualidade de vida que imagina estar podendo obter. Para se mensurar as respostas, estabeleceu-se uma escala de 1 a 10, com dez sendo o grau máximo de qualidade de vida e quanto mais perto de um menor é condição vivida. O Gráfico 11 aponta o grau de satisfação quanto a qualidade de vida, 67% das respostas se mantiveram entre 7 e 8, 20% entre 9 e 10 e 13% oscila entre magnitude 5 e 6. Respostas essas significativas, que nos possibilitam manter o indicador 8 como média das respostas sobre qualidade de vida. Assim, pode-se constatar um elevado grau de satisfação entre os entrevistados quanto à qualidade de vida expressada pelos agricultores entrevistados.

Gráfico 11



Fonte: Pesquisa de campo, Outubro 2014.

Em grande medida essa qualidade de vida é associada à possibilidade de ao morarem no rural, possuírem acesso aos benefícios dos espaços urbano e rural, devido as facilidades de locomoção, de comunicação, entre outras, que reduzem as distancias entre os dois espaços, antes vistos separadamente. Muitos dos agricultores ressaltam que sua qualidade de vida se viu melhorada com a conquista de alguns bens, como o caso da reforma ou construção de suas casas, a conquista de um carro e o melhoramento da infraestrutura da propriedade.

Outro ponto representativo, quanto à qualidade de vida dos indivíduos em suas propriedades, que deporia em favor do argumento de uma qualidade de vida significativa, seria fato de, ao serem indagado, quanto a sua preferência do local de moradia dos filhos, 87% declararem a preferência de que seus filhos, tanto homens quanto as mulheres, permanecessem morando no espaço rural, estando os demais 13% se posicionando como indiferente quanto à escolha pelo local de moradia de seus filhos.

#### **4. Tecendo comentários a partir da experiência dos agricultores familiares**

O estudo com os agricultores familiares associados à cooperativa de crédito Cresol Francisco Beltrão, associada a Cresol Baser, situa-se como um estudo de caso. Como tal, possibilita a realização de algumas análises sobre a dinâmica dos sistemas produtivos e das famílias desses agricultores, os quais objetivam além da permanência enquanto agricultores a melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

As famílias dos agricultores entrevistadas se encontram com poucos membros em seu interior. De acordo com os dados observados, quase metade dos estabelecimentos familiares encontram-se com apenas dois membros. Este fato indica que os jovens continuam deixando o meio rural. Conforme destacou Dalcin (2009), trata-se de uma tendência a êxodo rural por parte dos membros mais jovens das famílias. Situação também destacada por Abromavay (2000) quando menciona que a saída do jovem do estabelecimento familiar se dá pela procura de novas oportunidades e autonomia.

Os filhos dos agricultores estão conseguindo obter uma maior qualificação quando comparados com os seus pais. Parte importante dos filhos dos agricultores encontra-se em cursos de graduação, realidade que lhes permite novas oportunidades de trabalho. Nessas condições os pais veem seus filhos saindo de casa, em sua maioria, para construir seu projeto de vida fora do meio rural. Como foi possível observar em um caso das famílias entrevistadas, os jovens estão retornando ao meio rural para dar continuidade à propriedade dos seus pais.

A qualificação profissional dos chefes de família se apresentou bastante limitada, ao mesmo tempo em que as atividades produtivas estão de forma crescente requerendo um processo de (re)profissionalização. Conforme destacado por Wilkinson (2008), tanto aqueles que permanecem na produção de commodities quanto os que constroem outras estratégias produtivas, como a agregação de valor em baixa escala, necessitam qualificar sua mão-de-obra.

Devido ao fato dos agricultores, em sua maioria, possuírem áreas de terras com menos de 20 ha eles estão com sistemas produtivos no qual a atividade leiteira encontra-se fortemente inserida. Ainda que alguns mantenham o cultivo de grãos articulada com a produção leiteira. Este arranjo produtivo evidencia a luta dos agricultores para obter renda agrícola e permanecer na atividade (WILKINSON, 2008).

Conforme trabalhado por (WILKINSON. 2003) a partir da década de 1990 identificou-se uma mudança daquilo que era produzido nas propriedades rurais. O que anteriormente era baseado exclusivamente em torno da produção de grãos migrou para novas estratégias produtivas.

Quando analisa-se a renda estimada pelos agricultores pode-se constatar que aqueles com uma estratégia produtiva que contempla a produção de leite encontram-se com maiores rendimentos, mesmo quando comparados com outros agricultores entrevistados com áreas superiores e que possuem também a atividade de grãos. Mesmo diante de poucos casos estudados, fica evidente a importância da atividade leiteira na composição da renda familiar.

Esta situação, ou seja, da importância da atividade leiteira para parte dos agricultores familiares, é confirmada quando se observou, em particular, o uso do crédito de investimento acessado pelos agricultores entrevistados. De acordo com os dados apresentados, a ampla maioria dos recursos é destinada ao desenvolvimento da produção leiteira.

O acesso ao crédito mostrou-se de extrema importância para os agricultores. Eles conseguiram realizar investimentos graças às políticas de facilidade de crédito, onde se pode citar a importância do Pronaf, como destacado por SCHNEIDER e outros. O crédito permitiu que os agricultores pudessem fazer uso desse recurso para então realizar investimentos que anteriormente possuíam grande dificuldade em fazer.

É importante observar que entre os agricultores a demanda de crédito oscilou com valores abaixo de R\$ 5 mil até R\$ 50 mil. Valores esses viabilizados por meio da Cooperativa de Crédito Cresol, a qual vem sendo capaz de atender a diversidade de demandas dos agricultores. Ao mesmo tempo, a Cresol evidencia sua capacidade de ter uma atuação com capilaridade entre os agricultores, cumprindo sua função para qual foi construída: contribuir com o acesso ao crédito para os agricultores familiares.

Para os agricultores a relação com a cooperativa Cresol é de grande importância para seus projetos, pois a maioria dos entrevistados já são cooperados a mais de 10 anos e demonstra uma consolidação de relacionamento entre cooperativa e cooperados. Trata-se de uma prática de cooperação que se encontra sustentada por uma avaliação bastante positiva por parte dos agricultores entrevistados. Declaram os agricultores a existência de um relacionamento solidário e contribui de forma relevante na qualidade de vida das famílias, tanto na forma de renda quanto na melhoria das condições de realizar o trabalho agrícola.

Faz-se importante destacar que os agricultores familiares entrevistados contribuem na construção do cooperativismo de crédito da Cresol Baser. Esta fato por sua vez lhe permite obter capacidade de acesso ao crédito – investimentos e custeio -

e determinada liberdade para realizar seus projetos produtivos (SEN, 2000), além de outros serviços financeiros que são do dia-a-dia do agricultor. Portanto, a obtenção do crédito solidário possibilitou a expansão das liberdades individuais desses agricultores e conseqüentemente repercutiu na melhoria de qualidade de vida das pessoas inseridas neste contexto social (SEN, 2000). Ao falar em acesso a liberdades individuais, dentre as várias conquistas relatadas pelos agricultores, nas últimas décadas o acesso a um carro aparece em vários relatos. O que pareceria, à primeira vista, apenas uma maior integração aos modelos capitalistas de acesso a bens de consumo, ganha nova significância ao associarmos este evento a aspectos da qualidade de vida. Pois se considerarmos as distâncias existentes entre uma propriedade outra, e, principalmente, entre uma determinada propriedade e os centros urbanos nota-se a necessidade e conveniência de possuir este meio de transporte para facilitar a locomoção e otimizar o tempo em que se realizaria uma tarefa. O acesso a bens que possibilitem a mobilidade e a comunicação (telefonía e internet) proporcionam a inserção das pessoas na comunidade global colaborando para reduzir as distâncias entre esses agricultores e o restante do mundo, elevando as vantagens comparativas de se morar no rural.

Pode-se ter como certo que o crédito rural e o sistema cooperativista possuem grande importância para o projeto de vida e de produção desses agricultores. Merece destaque os investimentos em infraestrutura dos estabelecimentos, principalmente quando associados à diversificação dos modelos produtivos, como pôde ser percebido nas análises feitas com os produtores beltronenses. Eles demonstraram que ao investirem em pecuária leiteira e quebrarem o ciclo de produção de cereais - prática estimulada e propagada no período conhecido como modernização conservadora - ampliou suas possibilidades e lhes trouxeram maior perspectiva de continuarem como agricultores familiares.

## **Considerações finais**

A argumentação quanto à qualidade de vida nas propriedades rurais tem contribuição do crédito rural, nos motivando a dar continuação a uma ampliação dos estudos sobre o tema: crédito e qualidade de vida. O sistema cooperativista de crédito (Cresol Baser) o qual possibilitou aos agricultores melhorar o funcionamento de suas propriedades, na medida em que se incorporou tecnologias e maquinários,

possibilitando a redução do trabalho braçal e maior rendimento em sua produção, com menor esforço físico. O acesso ao crédito por meio da cooperativa possibilitou a expansão das liberdades individuais (SEN, 2000), através da qual repercutiu na qualidade de vida dos agricultores.

A abordagem seniana contribuiu de forma relevante para a realização desse estudo. Ao falar da qualidade de individuais, dentre as várias conquistas relatadas pelos agricultores nas últimas décadas, o acesso a um carro, aparece em vários destes relatos. O que pareceria à primeira vista apenas uma maior integração aos modelos capitalistas, de acesso a bens de consumo, ao trabalharmos o rural, ganha nova significância, podendo ser associado à qualidade de vida, se considerarmos as distancias entre as propriedades e, principalmente, entre a propriedade e os centros urbanos.

A renda obtida vem possibilitando uma determinada mobilidade dos agricultores, reduzindo as distância entre esses e o restante do mundo. Pode-se ter como certo que o crédito rural e o sistema cooperativista possuem grande importância para que esses agricultores realizem seus projetos de vida.

Observou-se que parte expressiva dos agricultores familiares entrevistados realizou uma ruptura do ciclo dos cereais (WILKINSON, 2008), dado pelo período tido como modernização conservadora. Diante disso o leite se apresenta como atividade chave para alavancar o sistema de produção.

Como resultado do trabalho, levanta-se a possibilidade de estudos mais aprofundados de como se deu essa mudança produtiva e a adoção de novas atividades por parte dos agricultores familiares, assim como uma análise mais minuciosa sobre o caso dos agricultores que alegam ter dificuldades (casos de atrasos), no pagamento de seus empréstimos devido a atrasos de recebimentos dos produtos comercializados.

### Referência Bibliográfica

ABRAMOVAY. RICARDO; **O CAPITAL SOCIAL DOS TERRITÓRIOS: REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL**; ECONOMIA APLICADA – N° NÚMERO 2, VOL. IV: 379-397 ABRIL/JUNHO 2000.

BASSO. D.; **Racionalidades Modernas E Identidades Socioprofissionais De Agricultores Familiares**; Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Ciências Econômicas Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Rural; 2003.

\_\_\_\_\_. **As Cooperativas Da Agricultura Familiar E Economia Solidária E O Processo De Inclusão Social Dos Agricultores Do Território Da Cidadania Vale Do Ribeira-Pr.** Cooperativa Central De Leite Da Agricultura Familiar Com Interação Solidária (Sisclaf), Francisco Beltrão, 2011. Relatório Técnico, P. 52.

\_\_\_\_\_; **A Produção E Gestão Das Políticas De Desenvolvimento Rural Pelos Agricultores Familiares De Dois Vizinhos Pr**; Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Ciências Econômicas Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Rural; 2013.

Battissti. L, Bittencourt. J. M, P. C, K.J, A. P, **Caracterização Da Cadeia Leiteira No Oeste Paranaense.** Ponta Grossa, Pr, Brasil. III Congresso Brasileiro De Engenharia De Produção 2013.

BITTENCOURT. G. A; **O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS INSTITUTO DE ECONOMIA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO; CAMPINAS – SP 2003.

BRANDÃO, CARLOS A. **O MODO TRANS-ESCALAR DE ANÁLISE E DE INTERVENÇÃO PÚBLICA: NOTAS PARA UM MANIFESTO ANTI-LOCALISTA.** X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2003.

BRUG. CAMIE. V; **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO COORDENAÇÃO: 2010 – 2015; MARÇO/2010.**

Cresol Baser; **Historia**; 2014. Disponível Em <  
[Http://Www.Cresol.Com.Br/Site/Conteudo.Php?id=2;](http://www.cresol.com.br/site/Conteudo.php?id=2;)> Acessado Em  
 20/11/2014

DALCIN. D; T. A; **JOVEM NO MEIO RURAL A DICOTOMIA ENRE SAIR E PERMANECER: UM ESTUDO DE CASO**; GRUPO DE TRABALHO 07 RURALIDADE E O MEIO AMBIENTE; SOCIOLOGIA E POLITICA; I SEMINARIO DE SOCIOLOGIA E POLITICA UTFPR. 2009.

KUHN. D. D; **O Microcrédito Como Instrumento De Desenvolvimento Rural No Município De Constantina/Rs: A Abordagem Seniana De Desenvolvimento**; Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Ciências Conômicas Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Rural; Porto Alegre 2004.

Prefeitura De Francisco Beltrão. **Historia**; 2014. Disponível Em  
 <[Http://Franciscobeltrao.Pr.Gov.Br/O-Municipio/Historia/](http://franciscobeltrao.pr.gov.br/o-municipio/historia/)>. Acesso  
 Em:20/11/2014

GAZOLLA. M; S. SCHNEIDER; **AS DUAS “CARAS” DO PRONAF: PRODUTIVÍSSIMO OU FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO?**; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA; DISPONÍVEL EM >  
[Http://Www.Sober.Org.Br/Palestra/2/376.Pdf](http://www.sober.org.br/palestra/2/376.pdf)< ACESSADOS EM 25/11/2014.

LINGAU.CARINA; MARQUES. S. M; **A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)**; 2013

Locks. E. M; **Sistema Cresol Como Alternativa De Inclusão Financeira Dos Agricultores Familiares E O Desenvolvimento Rural**; Pós Graduação Em Gestão Do Cooperativismo Solidário, Da Unioeste Campus De Francisco Beltrão; 2009.

Maldenatz, G. **História Das Doutrinas Cooperativistas**. Confebras: Brasília, 2003.

Mezzadri. F. P, Seab – Secretaria De Estado Da Agricultura E Do Bastecimento. Departamento De Economia Rural (Deral). **Análise Da Conjuntura Agropecuária**; 2012/13. Disponível Em >  
[Http://Www.Agricultura.Pr.Gov.Br/Arquivos/File/Deral/Prognosticos/Corte\\_2012\\_13.Pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/file/deral/prognosticos/corte_2012_13.pdf)< Acessado Em 20/11/2014.

PINHEIROS. MARCOS. H. A; **COOPERATIVISMO DE CREDITO; A HISTORIA DA NORMATIZAÇÃO NO BRASIL**; BANCO CENTRAL: 6ª EDIÇÃO; BRASIL. 2008.

PIRES. MURILO. J. S; RAMOS. P; **O TERMO MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: SUA ORIGEM E UTILIZAÇÃO NO BRASIL**; REVISTA ECONÔMICA NORDESTE ; VOLUME 40. Nº 03. JULHO – SETEMBRO. 2009 .

RELATORIO DE ATIVIDADES E BALANÇO SOCIAL; **AGRICULTURA FAMILIAR UM LUGAR PARA SER FELIZ; COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO COM INTEGRAÇÃO SOLIDARIA**; 2013.

Sabourin, Eric. **Sociedades E Organizações Camponesas: Uma Leitura Através Da Reciprocidade**. Porto Alegre – Editora Da Ufrgs, 2011.

SCHNEIDER. SÉRGIO; **TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE**. RBCS VOL. 18 Nº. 51 FEVEREIRO/2003.

\_\_\_\_\_ ; K. S. M;M. M. P. **Histórico, Caracterização E Dinâmica Recente Do Pronaf –Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar: Participação Social No Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, P. 21-50.

\_\_\_\_\_ ; **A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SUAS ARTICULAÇÕES EXTERNAS**; SOCIOLOGIA ; PORTO ALEGRE 2004.

\_\_\_\_\_ ; **SITUANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: O CONTEXTO E AS QUESTÕES EM DEBATE**; REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, VOL. 30, No 3 (119), PP. 511-531, JULHO-SETEMBRO/2010.

Sen, A. K. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia Das Letras. 2000.

SESC. **SUDOESTE PARANAENSE REGIÃO E MESORREGIÃO**. 2014. DISPONÍVEL EM < [Http://Www2.Sescpr.Com.Br/Inventario/Regioes.Php?Cod=9](http://www2.sescpr.com.br/inventario/regioes.php?cod=9)> ACESSADO EM 03/12/2014.

SICSÚ. ABRAHAM. B; POLICARPO. J; **FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NO BRASIL: A LÓGICA DE SUA OCUPAÇÃO RECENTE NOVA ECONOMIA I**. BELO HORIZONTE | V. 10 | N. 1 | JUL. 2000.

Soster. Nivalda; Basso. D; **A Cooperação E O Crédito Como Instrumentos De Desenvolvimento Rural**. Pernambuco. 2008.

ORTOLAN. A.A, **ASPECTOS CONSTRUÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ E DA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO**. REVISTA FAZ CIÊNCIA, V 09, JANEIRO DE 2007.

VEIGA. JOSÉ. E; **O BRASIL RURAL AINDA NÃO ENCONTROU SEU EIXO DE DESENVOLVIMENTO**; ESTUDOS AVANÇADOS; 2001.

Wellen, Henrique. **Para A Crítica Da Economia Solidária**. 1ª Ed. – São Paulo: Outras Expressões; 2012.

WILKINSON. J, **A AGRICULTURA FAMILIAR ANTE O NOVO PADRÃO DE COMPETITIVIDADE DO SISTEMA AGROALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA**; 2003.

Wilkinson, J. Mercados, **Redes E Valores: O Novo Mundo Da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ufrgs, 2008.

Viera. Ediane G; Cioccarri. C. C; Ziquinatti. S; **As Dinâmicas Do Espaço Agrário E O Planejamento Do Desenvolvimento Rural: Um Estudo Local**; Xix Encontro Nacional De Geografia Agrária. São Paulo. 2009.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO IDENTIFICAÇÃO AGRICULTORES FAMILIARES/CREDITO RURAL.

Nome;

.....

Localização do estabelecimento:?

.....

Telefone(s):       -     ou       -

1) Quantas pessoas integram a família?

A- 1 a 2 ( ) B- 2 a 3 ( ) C- 3 a 4 ( ) D- 4 ou mais ( )

Caso a opção seja a letra D especifique quantos.....

2) Quantas pessoas vivem no domicílio?

A 1 a 2 ( ) B 2 a 3 ( ) C 3 a 4 ( ) D 4 ou mais ( )

Caso a resposta seja a letra D especifique quantos.....

3) Escolaridade dos pais

( ) ensino fundamental ( ) médio ( ) superior

4) Alguém da família fez ou faz algum curso de capacitação (técnico, treinamento, palestra...)?

Quais, ..... e quem.....

5) Qual a condição de posse da terra. Especificar

( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) outros

Se ..... for ..... outro, qual.....

6) Tamanho da propriedade em hectares

( ) 0 a 10 ( ) 20 a 30 ( ) 30 a 40 ( ) 40 a 50 ( ) mais

7) O trabalho é realizado exclusivamente pela família?

SIM ( ) NÃO ( )

Caso aja contratação de terceiros, quantas pessoas .....

Quantos meses no ano.....

8) Qual a principal renda da família?

( ) Pecuária de leite

- )Pecuária de corte
  - )Suinocultura
  - )Produção de grãos
  - )Avicultura
  - )Hortaliças
  - )Fruticultura
  - )Aposentadoria
  - )Outros
- .....
- .....

9) Renda bruta em salários mínimos.  
 1 a 2 ( ) 2 A 3 ( ) 3 a 4 ( ) 4 a 5 ( ) 5 Ou mais ( )

10) Em sua opinião quanto sobraría em %

.....

11) Há quanto tempo é associado a Cresol ?  
 A - 1 ano ( ) B - 2 a 4 ( ) C - 4 a 8 ( ) D - 8 ou mais ( )

12) Quais linhas de credito?

Quais?  Investimento  custeio  outros.

.....

.....

13) Qual o destino do credito investimento (Cresol)?

- ). Compra de animais
  - ). Compra de terras
  - ). Culturas perenes
  - ). Instalações e benfeitorias
  - ). Máquinas, equipamentos e implementos.
  - ). Máquinas, equipamentos e implementos.
  - ). Transição para orgânico
  - ). Transição para agroecologia
  - ). Outras atividades não agrícolas. Qual (is)?
- .....

14) **Destino do crédito custeio:** (pode-se marcar mais de uma alternativa)?

- ). Comercialização
- ). Compra de insumos
- ). Pagamento de serviços

15) Quais os problemas quanto à tomada do empréstimo?

- )Burocracia
- )Prazo
- )Outros

Quais ?.....

16) Qual o montante que geralmente solicita? OBS: Pode-se marcar mais que uma opção.

- ) Até R\$ 5.000,00

- de R\$ 5.000,00 a 10.000,00
- de R\$ 10.000,00 a 20.000,00
- Mais de R\$ 20.000,00.

17) Teve alguma dificuldade para pagar os empréstimos?  
Sim (  ) Não (  )

Caso sim. Quais ?.....

18) Essa dívida compromete a dinâmica da propriedade?  
SIM (  ) Não (  )  
Se Sim , em que aspectos

.....

19) Para você o sistema Cresol é algo ...  
(  ) Muito Bom  
(  ) Bom  
(  ) Não diferencia  
(  ) Não ajudou  
(  ) Dificultou a vida

20) Existem dificuldades de comunicação, com a cooperativa?  
(  ) Sim (  ) Não  
Se sim. Quais.....

21) Como é o atendimento aos cooperados?  
(  ) Ótimo  
(  ) Bom  
(  ) Regular  
(  ) Ruim  
(  ) Péssimo

22) Para você, em que o Sistema Cresol poderia mudar, para melhor servir a seus cooperados.

.....  
.....